



Di·rio Oficial do Poder Legislativo

2TM Sess.,o Legislativa
da 12TM Legislatura

ANO XLVI

RIO BRANCO - AC, 27 DE NOVEMBRO DE 2008

N.º 3717

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

JUAREZ LEITÃO
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

ANTONIA SALES
2º Vice- Presidenta

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima

BPR - Josemir Anute

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Donald Fernandes

PP - Maria Antonia

PDT - Luiz Calixto

DEM - Nogueira Lima

PSB - Delorgem Campos

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PTN - José Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga,

Juarez Leitão, Ney Amorim, Perpétua de S.

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônio Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga, Mazinho Serafim.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva, Josemir Anute.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis, Ison Santiago.

PP - Maria Antonia.

PDT - Luiz Calixto.

DEM - Nogueira Lima

PTN - José Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTEIRIA N. 225/2008

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 1.162/2008, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Jucineide Moreira dos Santos, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, um mês de Licença-Prêmio, a contar de 10 de novembro a 9 de dezembro de 2008, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 19 de novembro de 2008.


 Deputado Juarez Leitão
 1º Secretário


 Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretaria Executiva

ATOS DA SECRETARIA EXECUTIVA

PORTEIRIA N. 252/2008

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceita a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, a senhora Maria das Dores Bezerra, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-23, do gabinete do Deputado José Carlos, integrante do Partido Trabalhista Nacional - PTN, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2008.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 28 de novembro de 2008.


 Maria Fernanda Montenegro Aragão
 Secretaria Executiva

91TM SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2TM SESSÃO LEGISLATIVA DA 12TM LEGISLATURA

Realizada em 25 de novembro de 2008

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÉS

Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhés, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do PSDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Luiz Calixto, do PDT; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B; e Mazinho Serafim, Sem Partido.

AUSENTES: Deputados Juarez Leitão, do PT; Elson Santiago, do PMN.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) n.º Sob a Proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos e dado o adiantado da hora consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Projeto de Lei n. 64/2008, de autoria do Deputado Josemir Anute, que iConcede o Título de Cidadão Acreano ao Excelentíssimo Senhor Mário Pedroza de Silveira Pinheiro;

Projeto de Lei n. 65/2008, de autoria do Deputado Josemir Anute, que iConcede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor Luiz Antonio Campos Corrêa.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) n.º Registrados a presenças do Senhor José Gomes Dias da Silva, vice-Coordenador do Movimento de Reintegração dos Hansenianos; do Senhor João Jacinto,

cruzeirense, Secretário-Geral e da Dona Teresinha Prudêncio da Silva, querida amiga e viúva do nosso inesquecível Bacurau. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Em atendimento ao Requerimento do Deputado Luiz Calixto, aprovado por unanimidade no plenário desta Casa, esta Sessão dedicada a ouvir o Secretário de Floresta, Senhor Carlos Ovídio.

Pedimos a Assessoria da Casa que conduza o Secretário ao plenário. (PAUSA)

Comunicamos aos Senhores Deputados e Deputadas, que o Secretário Carlos Ovídio fará sua apresentação e na sequência abriremos o debate acerca do funcionamento do Consórcio Madeireiro Xapuri, mais conhecido como fábrica de pisos.

Com a palavra o Secretário Carlos Ovídio.

Senhor CARLOS OVÍDIO (Secretário da Floresta) n.º Bom dia a todos, É com imensa satisfação que vimos aqui falar sobre o Complexo Florestal Industrial de Xapuri, mas primeiramente, eu quero agradecer ao Deputado Luiz Calixto pela convocação, para que pudéssemos fazer essa explanação.

A grande interrogação, hoje, do plenário é justamente para saber a respeito da viabilidade do empreendimento com relação ao suprimento de matéria-prima, capacidade empresarial e o recurso necessário para essa fábrica. A minha resposta inicial para esses questionamentos é afirmativa, porque hoje estamos numa situação mais confortável do que há alguns meses.

Antes mesmo de terminar a apresentação, eu gostaria de estender o convite a todos os Parlamentares para fazerem uma visita ao Complexo Industrial de Xapuri e às empresas que estão trabalhando em conjunto na implementação desse projeto.

Minha explanação, ser dividida basicamente em três temas: primeiro, a oportunidade de expor aos Senhores o empreendimento; segundo, as condições de contrato e terceiro, o fluxo de tempo do início do projeto até hoje e o que exatamente aconteceu no gerenciamento do projeto.

Eu gostaria de começar apresentando o Complexo Industrial.



Governo do Estado do Acre
 Secretaria de Estado de Floresta



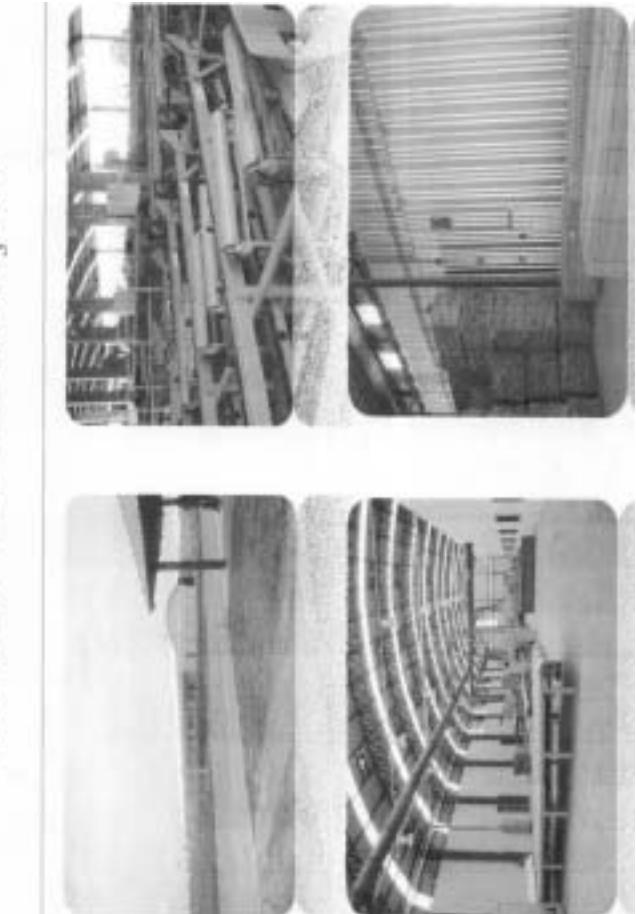
Complexo Florestal Industrial de Xapuri

Apresentação para ALEAC

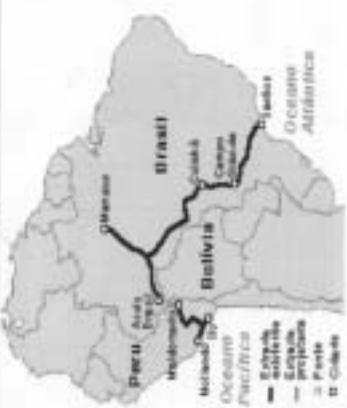
Novembro 2008

Áreas de Produção

Contexto de Implantação do Complexo



- BR-317 potencial corredor de exportação e importação para o Pacífico;
- Aumento do percentual de madeira comercializada oriunda de planos de manejo privados (2002 - 4,4% e 2006 - 84%);
- 490 famílias cadastradas com plano de manejo comunitário num raio de 200 km da fábrica;
- Participação Social: manejadores comunitários com propriedade de até 600 ha participarão em 15% no lucro líquido do Complexo;
- Fortalecimento da produção comunitária: 70% da matéria-prima terá garantia de compra;
- Investimentos: R\$ 32,15 milhões;
- Recursos: BNDES e Governo do Estado.



Secagem

- Estufas:
 - 1.200 m² de área construída
- Capacidade de Secagem:
 - 1.232 m³/mês de madeira serrada



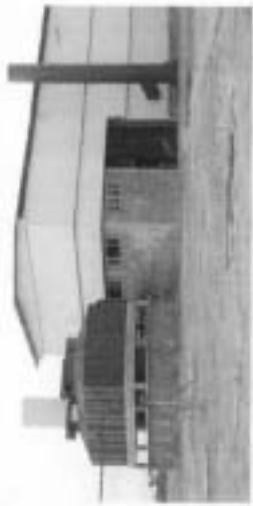
Serraria

- 2.000 m² de área construída
- Produção mensal:
 - 1.300 m³ de madeira serrada
- Consumo de madeira em tora:
 - 40.000 a 50.000 m³/ano



Geração de Energia

- 330 m² de área construída
- Energia Gerada: 1.800 KVA/h
- Consumo: 1.600 KVA/h



TURBINA A VAPOR DRESSER-RAND		
MODELO E-50MV		
COM. INICIAÇÃO DE VELOCIDADE: 20000 RPM		
LAMPADA: 1000W		
HORÁRIA (hrs)	ACELERAÇÃO (min)	CONSUMO DE VAPOR (kg/min)
1000	0,0000	31 - 300 - 0,72
		6,78



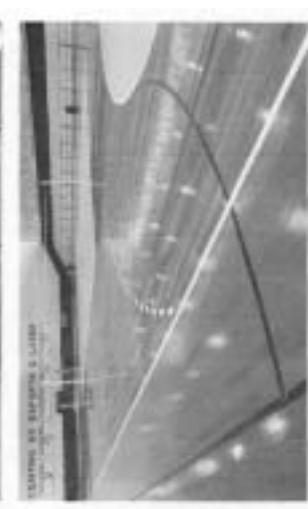
Beneficiamento

- Beneficiamento e Pintura:
 - = 3.000 m² de área construída
- Produção Mensal:
 - = 45.000 m² de Piso e 400 m³ de Decks
- Produção Anual:
 - = 480.000 m² de piso e 4.800 m³ de Decks



Valor da Produção

- US\$ 12 milhões/ano**
 (considerando três turnos de produção a partir do segundo ano)
- Preço m² do Piso:
 - = FOB U\$S 32,00
- Preço m³ do Deck:
 - = FOB U\$S 1.400,00



Produtos

- Pisos
- Molduras
- Esquadrias
- Casas pré-fabricadas

Empregos

- Diretos a partir do 2º ano: 300
- Indiretos: 660 e mais 600 manejadores agregados



Suprimento de matéria-prima

- Atualmente existem cerca de 980.000 ha de florestas manejadas no Acre;
- 60.000 ha estão divididos em 17 Planos de Manejo Comunitários, atendendo a 301 famílias;
- No Alto Acre há 205 famílias com 20.500 ha de planos de manejo, com uma produção de 16.400 m³.



Exigências Contratuais

- Premissas:
 - Mercado – volume comercializado, número de clientes e de destinos;
 - Pessoal – experiência profissional dos gerentes, por área de atuação, considerando o tempo de formado e atuação no mercado;
 - Capital de Giro – comprovação de capital de giro suficiente e de equipamentos R\$ 5 milhões;
 - Concessão 15 anos – R\$ 150 mil/mês.

Outras Oportunidades

- Geração de energia elétrica própria com tecnologia de co-geração (turbina, caldeira e motores);
- Venda de crédito de carbono;
- Venda de energia elétrica gerada através de mecanismo de desenvolvimento limpo;
- Possibilidade de fomentar o plantio de florestas para abastecimento da termoelétrica (gerando emprego e renda);
- Diversificação da produção com a inclusão de novos produtos no mercado nacional e internacional;
- Exportação para 20 países + Mercado interno;
- Criação do núcleo de ensino e extensão possibilitando ingressar novos profissionais no mercado de trabalho;
- Geração de + 200 empregos diretos com a implantação de torno e fagueadeiras;
- Implantação de sistema via satélite de monitoramento de árvores de manejo através de chip/sistema de Inventário Modelflora;
- Utilização de novas espécies florestais.

Histórico do Andamento do Contrato

- Suprimento: 6.000 ha de florestas manejadas e certificadas oriundas de planos de manejo dos concessionários garantido + 4.000 ha estão sendo adquiridos e inventariados;
- Indústria: manutenção de equipamentos, limpeza e segurança;
- Recrutamento de Pessoal: os trabalhadores já treinados serão contratados;
- Seleção e Treinamento de novos contratados;
- Início do beneficiamento a partir da garantia de estoque de suprimento (toras) e madeira pré-cortada (Fevereiro a Maio);
- Terraplanagem do pátio de toras, da rampa de toras e término do agude;
- Estão sendo firmados novos contratos comerciais para o Mercado Interno e Externo.

OBRIGADO!

- Abril de 2007 - Assinatura do contrato de concessão;
- Julho de 2007 - Consórcio opera de forma experimental para treinamento e teste de equipamentos;
- Outubro de 2007 - Plano de trabalho para atendimento de pendências entre o concessionário, necessários à celebração do termo de recebimento;
- Janeiro de 2008 - Pedido de 60 dias para se retirar do Consórcio da Empresa Marinepar face ao agravamento de sua estrutura financeira em 2007;
- Maio de 2008 - Pedido de análise jurídica de inclusão de novos sócios pela Albutquerque Engenharia e transferência de cotas da Marinepar;
- Julho de 2008 - Análise da PGEE, com parecer positivo de inclusão de novos sócios, para alteração do contrato de constituição do Consórcio;
- Agosto de 2008 - Análise técnica e curricular das empresas e reformulação do Consórcio com Novos Sócios (Triunfo, Ouro Verde);
- Setembro de 2008 - Elaboração do plano de trabalho para a nova Safra e Operacionalização da Fábrica.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) n° Feita a apresentação, por parte do Secretário Carlos Ovídio, passaremos agora aos debates.

Com a palavra o autor do Requerimento, Deputado Luiz Calixto.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) n° Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, ilustre Secretário Carlos Ovídio, Secretário da Floresta, hoje, 25 de novembro é o último dia de funcionamento da Assembléia Legislativa neste espaço e nós poderíamos ter encerrado os nossos trabalhos neste auditório da Secretaria da Fazenda da melhor maneira, ou seja, com a presença de um dos Secretários mais influentes deste Governo, afinal de contas é V. Exa. quem cuida, exatamente, da grife do Governo do PT, que é o Governo da Floresta.

Diremos também que a encerramos da forma mais ética possível, com explanação que foi feita por V. Ex™. Desculpe-me se estou sendo grosseiro, mas achei estranho quando V. Exa. disse que aquela fábrica não era de pisos e sim, de molduras ou de esquadrias; uma fábrica de casas remodeladas. Eu diria Secretário que ela é uma indústria do nada, que assumiu um débito de trinta e dois milhões de reais, oriundo do empréstimo do BNDES. Empréstimo que eu, V. Ex™, talvez e tantos outros acreanos iremos pagar.

Eu disse uma expressão que talvez não soe bem aos seus ouvidos, de que sua apresentação aqui foi para mim ética, quando V. Ex™, em seu discurso, falou que está planejando a venda de biomassas no leito da empresa que vende energia para o Brasil, e que está engendrando esforços para vender os créditos de carbono para o mundo todo, que são os resíduos das termoeletéricas. E que está pensando inclusive, em ampliar a fábrica de pisos ou a fábrica do nada. V. Ex™, também disse que vai fazer o aproveitamento de pequenos objetos e o mais inusitado, diz respeito a instalação de um chip florestal para fazer uma espécie de big brother da floresta e assim acompanhar as árvores que serão extraídas.

Secretário, é muito difícil acreditar nessas suas propostas, porque uma empresa que passou vários anos sendo construída, para qual o Banco exigiu um estudo de localização e de viabilidade econômica, agora, dizer, depois de quatro longos anos, ainda não está funcionando por falta de gás. Lembrei-me de um antigo prefeito de Manuel Urbano que construiu uma estação de distribuição de gás, com o dinheiro da Funasa, e depois descobriu que no lugar onde foi feito essa obra não tinha gás.

O mais triste, Secretário é que depois de toda explanação, V. Ex™, ainda veio afirmar que talvez a indústria só volte a funcionar em maio do próximo ano, estas explicações estão muito atrasadas, porque o Governo da Floresta não falou mais em inauguração, inclusive essa indústria já foi inaugurada mais de uma vez. Entendo, Secretário Carlos Ovídio Rezende, é assim que as pessoas lhe chamam com mais intimidade? Todas as vezes que eu escuto as suas palestras, não sei porque me lembro do Zamir Teixeira. Talvez seja por estas situações. E somos obrigados aqui a ouvir que não vamos agora, vender biomassa para a Eletrobras, instalar GPS nos mulaqueiros e em outras espécies florestais permitidas.

Em 2006 o Governo do Estado realizou uma concorrência na Comissão Permanente de Licitação nº 3 em que a empresa concorrente tinha por obrigação apresentar seus resultados financeiros como garantias para o contrato, e depois de longos anos a empresa quebrou. E em uma das suas declarações, V. Exa. disse que a Marinepar era a segunda maior empresa do Brasil, mas todos sabem que esta empresa veio para o Acre participar de uma licitação encomendada, com a proteção do ex-Governador Jorge Viana para usufruir de um patrimônio que foi construído com o dinheiro do povo acreano, Deputado Donald Fernandes. E isso tudo aconteceu à revelia desta Assembléia Legislativa, salvo o fato de eu ter faltado à sessão quando foi votado esse Projeto.

Senhores, qualquer patrimônio público só pode ser cedido, vendido ou doado se esta Assembléia Legislativa autorizar. E V. Exa. é signatário de um termo de cessão, feito à revelia desta Casa. Mas esse é um fato menos importante Secretário, pois o que não gostaríamos é que essa indústria estivesse funcionando, gerando empregos e arrecadando para o Estado os impostos incidentes sobre as vendas no mercado interno e que a renda das exportações estivesse circulando para melhorar a qualidade de vida do povo acreano.

Eu já estava, sinceramente, um tanto quanto decepcionado com a condução desses negócios e agora meus amigos Deputados, estou mais ainda, porque o consórcio foi desfeito e a empresa falou. Os empresários locais, muitos deles pressionados para investirem nesse empreendimento, não conseguiram integralizar suas formas de capital e o Secretário Carlos Ovídio ainda diz aqui que foi um lance de sorte a empresa não ter assinado o termo de recebimento.

Vejam Senhores Deputados, qual o critério subjetivo que está empatando os negócios no Estado do Acre: a sorte. Não precisamos é fazer as licitações com mais segurança, exigindo dos únicos participantes e licitantes garantias financeiras que assegurem os povos acreanos, pois assim, esse patrimônio será bem gerido, porque não podemos aqui entregar um patrimônio sob cessão a alguém e depender da sorte para que esse investimento venha dar certo ou não.

Secretário Carlos Ovídio Rezende, desculpe-me a franqueza das minhas palavras, mas eu gostaria de lhe perguntar quando a fábrica vai funcionar? Talvez nem o Senhor saiba responder, pois já disse aqui que em

Situação Atual

junho ou julho do próximo ano. Se a sorte deixar. Ou se entregarmos esse patrimônio para súcios que tenham mais sorte. Eu estou decepcionado, desculpem-me a franqueza ao ouvir aqui que os negócios do Estado do Acre, sejam regidos pelo critério da sorte. Eu imaginava que fossem regidos pela solidade dos negócios financeiros.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) — Com a palavra o Deputado Taumaturgo Lima.

Deputado TAUMATURGO LIMA (Líder do PT) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, plenário e Imprensa, quero cumprimentar aqui o nosso Secretário Carlos Rezende, pela sua vinda e sua explanação.

Essa discussão em relação à fábrica de pisos no Município de Xapuri, já vem sendo debatida neste Poder há vários meses e a grande discussão, que se fez aqui, durante esse período, era no sentido de saber como estava a fábrica de pisos e se ela ia funcionar porque até o momento ainda não estava funcionando e foi feito um Requerimento pelo Deputado Luiz Calixto, com o apoio dos demais Deputados, que solicitou a presença do Secretário da Floresta, Carlos Resende, para informar a situação em que se encontra esta fábrica, hoje, e os motivos pelos quais ela ainda não começou a operar.

Tenho certeza que todos os Deputados são a favor dessa fábrica, principalmente a população do Município de Xapuri, porque é um empreendimento que vem gerar emprego, renda e fortalecer a economia desse Estado, pois tem o cunho de inclusão social naquela região, onde o cidadão que mora na floresta vai ter a oportunidade de participar e vender matéria-prima para essa empresa. Portanto, é um empreendimento que tem um valor econômico e social para o nosso Estado e País.

Foi colocado aqui pelo Secretário da Floresta, que é um homem competente, pois conhece o seu trabalho, tudo que está acontecendo em relação a essa fábrica. E não é simples a instalação de um empreendimento desse porte, mas foi feito no Estado do Acre pelo compromisso e esforço que o Governo da Frente Popular tem com a população acreana em fortalecer a nossa economia. Essa fábrica era para ter sido instalada no mês de dezembro, mas não foi possível. Foi colocado aqui pelo Secretário, que a empresa líder faliu.

Essa empresa entrou no negócio não por ter sido acobertada pelo ex-Governador Jorge Viana, porque jamais ele colocaria qualquer empresa embaixo do braço, sem licitação. Foi realizada uma licitação, transparente, que qualquer empresa do Brasil poderia concorrer, no entanto a ganhadora faliu. Mas sim, riscos de um empreendimento, todavia o Governo teve o cuidado de não entregar o empreendimento sem que as condições que foram previamente estabelecidas, estivessem sendo honradas. O Governo e a Secretaria da Floresta tiveram esse cuidado e foi realizado uma nova parceria com empreendedores do próprio Estado.

Quero encerrar, Secretário Carlos Rezende, parabenizando-lhe pelo trabalho frente à Secretaria da Floresta. E estaremos aguardando que a fábrica funcione realmente em maio como V. Exa. falou.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) — Com a palavra o Deputado Delorgem Campos.

Deputado DELORGEM CAMPOS (Líder do PSB) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amanhã, se Deus quiser, estaremos voltando à nossa sede oficial. Eu, como Líder do Partido Socialista Brasileiro, quero externar às boas-vindas ao Secretário Carlos Ovídio, que é uma pessoa competente. Inclusive, foi nomeado ainda na gestão do Governador Jorge Viana. Ele fez uma explanação plausível, técnica, detalhada da forma propalada fábrica de pisos. Fiquei pensando que se essa fábrica no valor de 32 milhões, tivesse sido implantada há dez anos, aliás, os acreanos teriam sido vendidos, porque existia por trás um interesse muito próximo de grupos empresariais desleais, desonestos.

O que foi explanado está bem claro. Graças a Deus que essas indústrias já foram implantadas, porque o processo não é fácil. Se fosse fácil, quem tem capital faria uma indústria, por exemplo, como tem que ter estudo de viabilidade, de mercado e de arcabouço, tornou-se mais difícil.

Parabéns ao Governo da Frente Popular, que realmente olha para as necessidades do nosso Estado; um Estado ainda pobre, no sentido econômico, e de um ponto-padrão inicial.

Lá em Brasiléia está funcionando um frigorífico de aves e é considerado o melhor produto do mercado. O processo de implantação foi lento, teve ajuste, reajuste. Então, o que está acontecendo é uma questão de cautela, zelo com esse empreendimento. A Triunfo e a Ouro Verde estão radicadas no Acre e conhecem a metodologia de trabalho. Ninguém tem culpa se a Marinepar, por exemplo, da relação, cambial, de commodities, de preço do dólar que naquele momento baixou demais, não está participando. O Estado teve o cuidado, e é de se elogiar, porque não foi entregue a resolução final do contrato, porque senão ele teria na mão um contrato de especulação para o mundo. Que quebre lá, mas não o Acre. E eu acho que essa medida tem objetivos claros.

Fico feliz, como acreano do Alto Acre, de saber que os nossos xapurienses, brasileiros, epítaciolandenses são pessoas humildes, mas capazes

de assimilar um ensinamento na linha industrial. Fico feliz porque nós já temos quarenta profissionais treinados, prontos para trabalhar nessa fábrica ou em qualquer outro lugar do mundo e estão sendo treinados mais cento e cinqüenta pessoas.

Nós temos que ver as coisas por vários ângulos. Mas como diz o poeta: cada um tem o seu ponto de vista da forma que possa imaginar. Eu acho que isso traz para a nossa região, sobretudo ao Alto Acre uma grande economia. Se não funcionar no mês de maio, junho, não tem problema. O importante é o cuidado, a cautela, o zelo, o respeito pelo dinheiro do povo. Quando ela estiver funcionando terá no seu estoque suficiente. Ela funcionou em caráter experimental e os Deputados aqui sabem disso, tem que ter o caráter experimental, é uma indústria. Portanto, doze milhas de dôlares, que hoje valem vinte e quatro milhões é coisa que nos anima. Ela vai funcionar para que as laves de mau agouro, que também diziam que a indústria de frango de Brasiléia jamais funcionaria, hoje o frango lá é considerado o melhor produto do mercado, vejam que estavam enganados.

Nós temos que defender o que é justo. ... muito fácil atirar pedra, o ruim é ser a vidraça. Nós teremos com essa fábrica a geração de trezentos empregos diretos e aproximadamente mil empregos no todo. Que a Triunfo, a Ouro Verde possam realmente tomar conta desse empreendimento numa concessão de quinze anos. O dinheiro não foi jogado fora, agora se o Governo realmente não tivesse essa possibilidade, como é o caso do crédito de carbono, da biomassa, são possibilidades, são recursos que advirão com a indústria com a geração de energia. A indústria vai produzir pisos e esquadrias e como disse o Secretário, nos anima também que o mercado interno é muito atrativo, não é só exportação. Nós precisamos desse empreendimento, pois traz para o Estado do Acre, um avanço muito grande, e isso nos anima. Temos certeza, Senhor Secretário, que com a compreensão que o Governo tem, tudo dará certo no próximo ano.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) — Com a palavra a Deputada Idalina Onofre.

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, Secretário Carlos Ovídio, como diz o ditado: ide boas intenções o inferno está cheio. Nós vimos uma bela explanação sobre esse painel, que é muito bonito e logo depois veio o Sr. Carlos Ovídio dizer que esse Projeto deveria ter sido implantado há dez anos, para que os acreanos não estivessem sendo vendidos, rifados, doidos, Deputado Calixto.

Só faltou o Secretário dizer que a fábrica não tem problema. Mas é claro que tem. Tanto é que só vai começar a funcionar em maio ou junho. São os nossos recursos que estão indo pelo ralo. Os Deputados Luiz Calixto, Nogueira Lima, Donald Fernandes, Antonia Sales, Chagas Romão e essa Deputada que vos fala, como membros da oposição, nesta Casa, devemos pedir o relatório do Prédio-Florestania e do Seaprof, porque as informações ainda não foram bem checadas, mas se não me engano, foi mais ou menos cento e quinze milhas de reais empregados nesses fundos. Não é necessário pedir do pacto agrário porque eu já estou com ele.

A meta do pacto agrário para 2007 e 2008 era de produzir dois milhas de mudas e reflorestar dois mil hectares. No entanto, foram produzidas somente seiscentas mil mudas e distribuídas cento e cinquenta mil. Mas no pacto está como concluído. Dois viveiros estão em fase de implantação no interior do Estado com capacidade para produzir um milhão e setecentas mil mudas. Na indústria florestal, Deputado Nogueira Lima, a meta para 2007 e 2008, foi a implantação da indústria de taqueados, como investimento privado. A implantação de quatro novas modelarias, que para nós é irrelevante, porque já temos várias e a maioria está falida e sem matéria-prima para trabalhar; consolidada, da fábrica de Xapuri e duas novas indústrias no Parque Industrial, sendo uma comunitária e dizem que essa meta foi executada em 2007. A previsão para inauguração da fábrica de taqueados era para outubro de 2007. Entretanto, para eles ela está funcionando. Como também a implantação de duas modelarias e o funcionamento da fábrica de pisos. A indústria comunitária está em fase de licitação. Dizem também que foram gerados cento e oitenta empregos na fábrica de pisos e taqueados.

Nós temos, Senhores, de admitir uma única coisa: é a incompetência do trabalho voltado para os povos da floresta. Eles disseram que a fábrica de beneficiamento de frango de Brasiléia já estava funcionando com uma produção de nove mil aves, duzentas e sessenta famílias envolvidas na produção e cinqüenta empregos gerados. Foram investidos seis milhas e meio de reais nessa construção e a capacidade de abater dessa fábrica é de quatro mil e quinhentas aves por dia. A construção da fábrica de rá, foi concluída em setembro como também a construção de cento e trinta aviários. Eu quero saber onde está isso no pacto agrário?

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) — Com a palavra o Deputado Mazinho Serafim.

Deputado MAZINHO SERAFIM (Sem Partido) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, falar de indústria não é fácil e o Deputado que vos fala tem uma fábrica aqui no Acre de beneficiamento de borracha, que emprega e valoriza o produto extrativista da nossa região.

Recentemente, em um encontro que participei em Tocantins, fiquei feliz em saber como o Governador do Amazonas, Eduardo Braga, faz com os povos da floresta; ele repassa para as cooperativas o dinheiro da Conab. Aqui no nosso Estado se constrói indústria de madeira, de camisinha no valor de trinta e cinco, quarenta milhas, mas que ainda não funcionam. E o que realmente está funcionando neste Estado em favor dos seringueiros? Apenas uma industriação de borracha que existe em Sena Madureira de propriedade desse Deputado que vos fala.

O Complexo Xapuri consome 1.200 KVA e a indústria de beneficiamento de borracha 500 KVA, então não é uma indústria pequena. Eu agradeço ao Governador Eduardo Braga, por ele estar cedendo toda borracha bruta daquele Estado para o Acre, para gerarmos emprego e renda.

Se fala tanto em gerar emprego e o Governo do Estado do Acre quer fechar a fábrica de Sena Madureira, porque toda borracha bruta do Estado, agora, está indo para São Paulo. Isso é inadmissível! Só esse mês já saíram dos caminhões.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) à Deputado Mazinho, pedimos a V. Exa. que se atenha ao tema do Debate.

Deputado MAZINHO SERAFIM (Sem Partido) à Senhor Presidente, os Deputados que me antecederam saíram do tema e o Senhor não disse nada.

Se fala tanto em gerar emprego em Xapuri, ao ponto de esquecerem as outras indústrias. Eu sei Secretário da dificuldade para se funcionar uma indústria do porte desse Complexo em Xapuri. Este ano eu vi uma entrevista de V. Exa. no Globo News, onde disse que 16% do PIB do Acre é movimentado pelo extrativismo. Então, eu fui fazer um cálculo: com a borracha e a castanha só arrecadados vinte milhas por ano, os outros setecentos milhas que, agora o Senhor estava me explicando, vêm do produto bruto, mas mesmo assim nas nossas contas está dando quatrocentos milhas e os outros trezentos e oitenta milhas? Vêm da madeira do Estado do Acre. Nas minhas contas eram setecentos milhas, mas na conta do nosso Secretário baixou para quatrocentos. Mesmo assim é muito dinheiro que está saindo do nosso Estado.

Vejam a facilidade para se obter matéria-prima, já para minha indústria eu tenho que buscar em Rondônia, no Amazonas e aqui nós temos matéria-prima no quintal de casa e mesmo assim não estamos conseguindo operacionar.

Obrigado, Senhor Presidente.
 (Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) à Com a palavra a Deputada Antonia Sales.

Deputada ANTONIA SALES (PMDB) à Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Secretário da Floresta, Carlos Ovídio, Senhores da Imprensa, Senhores que nos assistem na plateia, eu acredito que entre os Senhores deva haver agricultores, pecuaristas ou talvez alguém que more naquela Reserva de onde está prevista a retirada de aproximadamente 300 pessoas.

Eu vejo com muita preocupação, essas questões, Senhor Secretário, e segundo sua explanação, vemos que essa fábrica de tacos pode gerar renda ao nosso Estado e melhorar as condições de vida daqueles que moram nos municípios onde estão implantadas as indústrias. Parece que está em Xapuri, onde já está funcionando, Sena Madureira, Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul. Preocupa-me bastante as questões burocráticas e ai eu fico pensando: como as leis ambientais podem funcionar com dois pesos e duas medidas? Eu acho que há aqui incoerência de pensamentos, de correntes ideológicas, pois como um Governo, que se diz ser da floresta, permitir a derrubada de árvores?

Mesmo que se diga que há 6.000 hectares de terra para ser derrubados e que mais 4.000 estão cadastrados para serem derrubados também, eu acho muito.

Além disso, dizem que vai haver um gerador próprio de energia. Mas como ser produzida essa energia? Qual é a matéria-prima que vai alimentar essa termelétrica? Isto significa quentura, aquecer. Mas com quê? Com madeira? Com carvão? Com Diesel? Combustível não renovável? Combustível renovável?

Atualmente Senhores, as exigências do mercado mundial são que não podemos aquecer; poluir o nosso planeta. Mas se o combustível for Diesel, ele estará poluindo e aquecendo nosso meio ambiente. A única energia limpa que essas máquinas poderiam utilizar, seria a queda d'água dos rios. Além disso, mas não, queimando lenha como está previsto.

Aí nós vemos o contraponto, a diferença. Enquanto os agricultores, com quarenta hectares de terra, quando derrubam para gerar mais alimento para os que moram na zona urbana, para melhorar a renda de vida, são tratados como vilões, como poluidores, como aquecedores, como depredadores da nossa Amazônia, vem essa fábrica derrubar e queimar. Esses pobres agricultores estão sendo multados em R\$ 240.000,00 por 40 hectares derrubados, enquanto eles têm seis mil para derrubar. E mais quatro mil depois, que somam 10.000. Os pecuaristas também são multados por aumentarem suas pastagens para criar seus animais para nos alimentar. Também são tratados como vilões, como aqueles que têm culpa de aquecer o nosso planeta.

Mas o Governo da Floresta não olha esse lado. Deixa que multe. E eu não sei onde está o Ibama, o IMAC que não se pronunciam a respeito

disso. Porque nem a Álcool Verde está funcionando. O IMAC e o Ibama estão em cima. Isso é incoerência e que me preocupa, Senhor Presidente. Agora só quero saber o que vai acontecer essa usina.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) à Com a palavra o Deputado Donald Fernandes.

Deputado DONALD FERNANDES (Líder do PSDB) à Senhor Presidente, Senhores Deputados, tomei um impulso de vir aqui, até mesmo para parabenizar o Secretário pela sua coragem em fazer uma exposição, como se nós fôssemos grandes imbecis. Evidentemente que quem gastou dinheiro até agora foi o Governo do Estado do Acre. As outras empresas entraram com todas as benesses dadas pelo ex-Governador Jorge Viana e saíram sem perder dinheiro. Sem perder nada! As empresas estão falidas, então, embora e nós ficamos com o passivo, com as despesas. Se o BNDES financiou, vamos ter que pagar, já que o dinheiro também é nosso.

Eu acho que o Secretário fez um esforço enorme para explicar como se nós fôssemos grandes imbecis. Lamento muito. Não sou imbecil. Essa explicação que ele deu ali, ele diz lá no Colégio de Xapuri, porque essa fábrica não funciona e já vem botando metas ano após ano e não está cumprindo. E ninguém garante-me que o ano que vem, ela vai cumprir o que está ali.

O Governo do Estado temia em fazer as coisas que não sabe. Estava a fábrica de camisinhas, essa daí e outras empresas que ele não sabe como fazer funcionar, bota o nosso dinheiro para pessoas virem explorar. Se tiverem lucro, eles levam, mas se tiver prejuízo, o Governo banca. E nós acreanos, realmente, pegamos um passivo pesado.

... isso que eu queria dizer pela coragem que V. Exa. teve em dar explicações tão singelas e sem documentos, como se nós fôssemos alguns colegiais. Tudo isso porque o Governo faz coisas e depois põe em cheque mate o seu secretariado.

O Governo construiu um hospital no 2º Distrito, em cima de uma periferia e agora está fechado, mas ele teimou em fazer aquilo, mesmo sabendo que ali tem um grande aeroporto. E agora faz sem saber, sem ter know how, trazendo uma empresa do Paraná, patrocinada pelo ex-Governador mega maluco. Ele trouxe como se ela fosse nos trazer um grande benefício. Cadê os empregos? Secretário, lamento muito, mas eu acho que essa fábrica que o Senhor tanto fala ainda está em nível de sonho. Eu espero que venha para a felicidade geral do povo do Acre.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) à Com a palavra o Deputado Moisés Diniz.

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) à Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, parabenizamos o Secretário da Floresta, Carlos Ovídio, pela brilhante exposição e pedimos-lhe desculpas, em nome da Assembleia, pelas agressões. Se fosse para ele fazer estas explicações lá em Xapuri, não teríamos aprovado o Requerimento, mas aqui nós temos maioria na Casa.

Nós, da Frente Popular, encontramos um Acre com uma matriz de desenvolvimento fraca. Nossa maior economia era a borracha e essa deixou de ser rentosa, assim como o mercado está ruindo no mundo todo.

Os defensores de Wall Street, de BrownTown World, o consenso de Washington, os grandes capitalistas estão sem saber o que fazer, porque quem os está salvando é o Estado e o Estado somos nós, com nossos impostos. Quando compramos um celular ou um papelzinho qualquer, já pagamos impostos.

Os bancos também estão sendo salvos pelos nossos impostos; mas uma vez os trabalhadores estão pagando a conta.

Aqui no Acre nós encontramos uma forma de substituição de uma matriz falida, que era a borracha pela pecuária. Há os que defendem a pecuária e aqueles que atacam de qualquer forma, mas nós precisamos encontrar o caminho vertical para a pecuária, preservando-a. Temos que encontrar uma forma de verticalizar esse setor e proporcionar-lhe tecnologia e insumos para que possamos produzir mais carne e leite sem a necessidade de derrubar mais florestas.

Essa bandeira, produzir sem destruir, é um tema que está sendo vitorioso no planeta. Não é uma posição santuária e nem a opinião destruidora do Bush. Por isso, aqui no Acre, estamos tentando encontrar uma terceira matriz. Apesar de ser esse o grande intuito da Frente Popular, sabemos que isso não se constrói de um dia para o outro. Essa é a lógica do real, do factível. Pouquíssimos empresários procuraram Estados como o nosso para se instalar. Só alguns se arriscaram. Inclusive, porque tiveram apoio público para manter uma fábrica por exemplo.

O Deputado Mazinho é um exemplo disso. Ele veio para cá com um financiamento de um banco público, com taxas que, depois que o Governo Lula assumiu, caíram substancialmente. Ele sabe do que eu estou falando.

Mas o que queremos debater hoje, não é a fábrica do Deputado Mazinho, nem o complexo de produção de pisos e de esquadrias. Nós temos um problema de mercado para resolver, pois o mercado, sócio majoritário faliu.

Agora não há uma denúncia de falha técnica e mesmo que houvesse não seria tão grave, porque nós não somos especialistas em indústrias. Antes, éramos especialistas em cortar e vender borracha; agora somos especialistas em criar bois e mesmo assim, não encontramos uma falha técnica, o que seria perdoável.

Ninguém da Oposição veio à tribuna para levantar a mínima suspeição, ou qualquer ato de corrupção, no que diz respeito a esse empreendimento, durante todos esses anos de composição. Esse é um Governo Ético. Ningém pode dizer nada que desabone a conduta do Senhor Resende. Alias, ele fica até sem jeito quando usa esse paletó. Andando pelas ruas, vestindo jeans e camisa esporte, parece um cidadão comum, pois é uma pessoa humilde, apesar de ser altamente eficiente. Estamos demonstrando isso ao montar esse projeto com toda técnica para resolver esse problema de mercado que surgiu. Assim como houve um problema ambiental na Jilcool Verde; assim como houve aquele problema por questões da burocracia, que não juntaramos, na fábrica de preservativos, houve esse de mercado, mas em dezembro, finalmente vamos dizer aqui: Graças a Deus! Porque da forma agressiva como se tem lutado a favor do empreendimento, temos que pedir também a proteção de Deus. Continuaremos fazendo e agora em dezembro entregaremos o primeiro lote de doze milhas de unidades para o Ministério da Saúde.

Apesar de parecer estranha a forma da bancada do Governo debater quando vem a esta Casa um Secretário de Estado, não vamos renunciar a esse modelo democrático de debater, que é bem vindo e faz bem à sociedade.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) — Com a palavra o Deputado Luiz Gonzaga.

Deputado LUIZ GONZAGA (PSDB) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Secretário, nesta Casa eu tenho sido um dos maiores críticos em relação aos empreendimentos do Governo na área industrial aqui no Estado, principalmente porque foi investido mais de cem milhas de reais em novas empresas e até hoje não vemos praticamente nenhuma funcionando, exceto a fábrica de frango em Brasiléia, cuja produção não passa de 10% de sua capacidade.

Todos nós sabemos que a China é um dos maiores compradores de tacos do mundo e se a nossa fábrica estivesse funcionando não poderíamos estar vendendo esse produto para aquele País e com certeza estariam ganhando dinheiro e gerando empregos. Mas de quem é a culpa por isso não está acontecendo? Antes de qualquer projeto ser colocado em prática é preciso que se faça um estudo para ver se ele é viável ou não. No entanto, fizeram grandes investimentos que até agora não deram retorno. Como a Jilcool Verde que sequer foi colocada em funcionamento.

O Estado do Acre dificulta a vinda de empresários para investirem em nosso Estado, não oferece incentivos nenhum, muito pelo contrário, e as empresas que foram convidadas para se instalarem aqui, como a Jilcool Verde, prometeram mundos e fundos, mas até hoje não entraram em funcionamento, inclusive, o problema da Jilcool Verde está sendo resolvido na Justiça.

Parece que não há uma vontade política da parte do Governo com o setor produtivo do Acre, que para mim é o mais importante, porque disponibiliza vagas para empregos; e sem emprego, não há crescimento. Temos que investir nesse setor.

Nos últimos dez anos, o Governo do PT tem sido incompetente e os exemplos estão aí como as fábricas que foram construídas, mas até agora nenhuma funcionou, exceto, conforme já dissemos, a indústria de beneficiamento de frango.

Em Rondônia acontece o contrário, ou seja, eles estão incentivando a produção das empresas daquele Estado. No Estado do Acre o Governo quer concorrer com o setor privado, por isso as indústrias que estão sendo construídas aqui não funcionam, mostrando com isso também a incompetência do Executivo.

Quem sofre com tudo isso é a nossa população. Só em Rio Branco não temos quatro universidades, sendo três particulares. Anualmente centenas de pessoas se formam, mas não trabalhar onde? O Estado não tem uma política de geração de emprego. E aquilo que o Estado inventa ou planeja fazer, não é certo. Então, é por isso que eu tenho sido um dos críticos não só em relação às indústrias que estão sendo construídas pelo Governo que não estão funcionando, mas também com a geração de emprego e renda que neste Estado, no Governo do PT, infelizmente, tem sido um caos.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) — Com a palavra o Senhor Carlos Ovídio.

Senhor CARLOS OVÍDIO (Secretário da Floresta) — Mais uma vez, agradeço o convite para participar desta Sessão, principalmente ao Deputado Luiz Calixto que é um eterno vigilante e nos ajuda muito, viu Deputado! Ser vigia, Deputado, é uma coisa positiva.

A fábrica de tacos está prevista para ser inaugurada este ano. Ela é uma fábrica privada e está localizada no Distrito Industrial. E as quatro moveleiras também são privadas. Também existe a possibilidade de trabalharmos com outras indústrias a serem implantadas no Juruá.

Com relação à Deputada Antonia Sales que é uma guerreira na defesa das condições climáticas, eu quero dizer-lhe que o manejo florestal não

é um corte expressivo da floresta e sim uma colheita que se faz na floresta. É uma medida que eu colho a matéria-prima na floresta, eu estou fazendo um seqüestro de carbono.

A energia que vai ser utilizada na fábrica não será obtida através de queima de óleo, pelo contrário, é queima de biomassa, a qual será retirada da floresta e servir para reciclar, inclusive o carbono, que é responsável pelo aquecimento global. Essa é uma tecnologia limpa e por ser uma tecnologia limpa merece crédito de carbono.

Para finalizar esse debate aqui, eu quero dizer que tivemos problema, mas também tivemos cautela na resolução desse problema. O empreendimento é um patrimônio do Estado do Acre. Ele está protegido? Sim. Existe um cronograma de execução? Sim. Essa fábrica vai operar? Vai, porque hoje, as condições para operá-la das máquinas é muito maior do que anteriormente. Essa certeza vai ser confirmada daqui a 5 ou 6 meses, quando a fábrica estiver operando. O crédito de operação dessa fábrica é uma coisa que eu não vou pedir para os Senhores, porque até agora a fábrica não operou. Entendo, só daqui a 6 ou 7 meses, não poderemos colocar os números novamente na mesa.

Outra coisa extremamente importante é que um empreendimento na área industrial com externalidade de execução de terceiros tem menos riscos do que o próprio setor público tocando, mesmo porque o risco de haver perdas em um ano, independe da gente. E também procuramos fazer tudo da forma mais transparente possível.

Eu fiz uma exposição extremamente transparente, sem blindagem nenhuma, esclarecendo os mínimos detalhes a respeito de tudo que aconteceu e que poderia ser dito nesta Casa. Esse era o meu compromisso com os Senhores, pelo crédito que me deram na execução da política pública no Estado. Avançamos? Sim. Temos números que justificam a base de desenvolvimento do Estado? Sim. São suficientes? Não. Vou ser feitos no Governo? Não se iluda, não, não é ser feito no Governo. São projetos de médio a longo prazo. O setor florestal depende também de uma ampliação do capital humano, para que o processo de inclusão aconteça de forma mais igualitária.

Por fim, eu quero encerrar agradecendo a atenção dos Senhores, colocando-me à disposição para acompanhá-los numa visita à indústria New Blue e aos empresários que estão trabalhando na formulação do consórcio.

Novamente, eu agradeço ao Deputado Luiz Calixto pela atenção e pela oportunidade.

Obrigado!

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) — Em nome da Mesa Diretora da Assembleia, agradecemos a exposição feita pelo Secretário Carlos Ovídio.

Convocamos os Senhores Deputados a participarem de uma reunião no plenário. (PAUSA)

Reabertos os trabalhos, nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

92^º SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 2^º SESSÃO LEGISLATIVA DA 12^º LEGISLATURA

Realizada em 27 de novembro de 2008

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÉS

Secretaria: Deputado LUIZ CALIXTO

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Juarez Leite, Ney Amorim e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhés, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSC; José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Luiz Calixto, do PDT; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B; e Mazinho Serafim, Sem Partido.

AUSENTES: Deputada Perpetua de Sá, do PT.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÉS) — Sob a Proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos, e dado o adiantado da hora consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Carta do Senhor Sebastião Bocalom Rodrigues, Presidente Regional do PSDB/AC, comunicando a filiação do Deputado Estadual Osmar Serafim Andrade (Mazinho Serafim), no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no dia 7 de novembro de 2008;

Indicação n. 46/2008, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Maria Antonia, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe ao Governador do Estado do Acre, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela Hansenose que foram submetidas a isolamento e internação compulsória;

Indicação n. 47/2008, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Idalina Onofre, solicitando que seja encaminhado expediente ao

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que determine aos Úrgos, os competentes a elaborá-lo de estudos e adotá-lo de providências, em caráter de urgência, visando à liberação de recursos para a construção da Casa de Apoio no Município de Cruzeiro do Sul, para abrigar pacientes dos municípios vizinhos que vêm em busca de tratamento de saúde;

Projeto de Lei n. 66/2008, de autoria do Deputado Luiz Gonzaga, que concede o Título de Cidadão Acreano ao Senhor Raimundo Monteiro de Souza;

Projeto de Lei n. 67/2008, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que institui no âmbito do Estado do Acre, a Semana da Consciência Negra, a ser realizada anualmente no mês de novembro, na semana que recair o 20 de novembro;

Mensagem n. 338/2008, do Excelentíssimo Governador do Estado do Acre, Arnaldo Marques de Almeida Júnior, encaminhando o **Projeto de Lei n. 68/2008**, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo Estadual a alienar os bens móveis inservíveis dos Úrgos, os da administração pública direta do Poder Executivo do Estado.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) à Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero falar do privilégio em ser o primeiro Deputado a ocupar a tribuna depois da reforma pela qual passou a estrutura física da Assembleia Legislativa.

Quero também parabenizar a Mesa Diretora, os funcionários e os arquitetos, pela bellissima criação, afinal o prédio da Assembleia não é um edifício qualquer. Nele está abrigada a Democracia acreana, onde a maioria e minoria das classes sociais estão representadas. Quero parabenizar o Presidente Edvaldo Magalhães pela audácia e ousadia em fazer esta reforma, que fez com que esta Casa esteja mais bonita. Fiquei surpreso com a mudança porque não acompanhei passo a passo a reconstrução desta Casa; passei onze meses sem entrar neste prédio.

Senhor Presidente, os nossos governantes têm uma característica em comum, que une Romildo Magalhães a Jorge Viana e Orleir Cameli a Binho Marques. Ou seja, todos se deixaram, ou se deixam levar pelo caminho do favorecimento a determinadas pessoas. Falo isso porque estou profundamente decepcionado com o Governador Binho Marques. Apesar de ser um dos seus opositores mais ferrenho, tenho por ele uma visão melhor em relação aos outros governantes. Ele é mais decente. O Governador Binho Marques no dia 10 de outubro deste ano, para beneficiar alguns Tenentes-Coronéis da Polícia Militar deste Estado, afinados politicamente com o seu partido, reformulou o Decreto que estabelece o benefício de promoções ao coronelado.

O Decreto anterior estabelecia que seria necessário cumprir o interstício de 36 meses para tornar apto à promoção, ao posto de coronel. O Governador Binho Marques, da mesma forma que agiu o ex-Governador Orleir Cameli para promover o então Tenente-Coronel Aureliano Pascoal ao posto de Coronel, reformulou o Decreto, reduzindo esse interstício para 12 meses. Isso é imoral e injusto. Esse artifício visa beneficiar o Tenente-Coronel Paulo César e também o chefe do Gabinete Militar, Tenente-Coronel Francimar, em detrimento de outros Tenentes-Coronéis, que estão há muito mais tempo aptos à promoção ao posto de Coronel. Portanto, lamento profundamente e vou utilizar os meios jurídicos para tentar impedir que esse Decreto seja aplicado, porque é inadmissível que o privilégio tome conta do Acre.

A cada situação se muda o Decreto, agora para atender os interesses políticos de aliados do Governador. S. Exmo, Governador Binho Marques, se nivelou rasteiramente ao procedimento que o então Governador Orleir Cameli utilizou para promover o Coronel Aureliano Pascoal. Portanto, nivelou-se por baixo, desceu degraus da sua dignidade, porque eu esperava que S. Exa. não se utilizasse desse artifício para atender situações de interesses políticos.

Acho que o Governador Binho Marques deveria se inteirar mais sobre o assunto e não se deixar levar pelas conversas de seus assessores. ... uma vergonha. É uma indecência o Decreto que o Governador Binho Marques assinou para a promoção de dois Tenentes-Coronéis.

(Sem revisão do orador)

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS) à Senhor Presidente, Senhores Deputados, pessoas que se encontram na galeria e Imprensa. Todos podem comprovar que valeu a pena, Deputado Edvaldo Magalhães, esperar a realização da reforma deste Poder.

Gostaríamos só de acrescentar algo que ficou esquecido de mencionar, que são os nossos artistas da terra, os quais deram um tom de elegância e beleza a nossa Assembleia Legislativa: o setor de modelaria do Vale do Jurua, os nossos pintores que embelezaram os nossos corredores e salas com seus quadros.

Deputado Donald Fernandes, estive no final de semana em Cruzeiro do Sul e visitei o Hospital Geral, apelidado de Maternidade e a cada visita que realizei fico mais decepcionada. As fotos que eu tenho mostram a humilhação a que são submetidos os funcionários que trabalham naquela Instituição de Saúde. Os servidores que quiserem comer um pedaço de pão, têm que assinar um livro e se não assinarem não comem; depois que assinam a pessoa que fica na cozinha entrega o pão e um copo de café com leite.

Essa outra fotografia mostra o lixo hospitalar, onde os urubus e os cachorros estão ficando bem gordos.

A lavanderia a cada dia fica pior. As pessoas que estão lavando as roupas, colocam-nas no chão junto com as vassouras na porta da lavanderia.

Outra coisa bastante grave é a fossa do hospital, pois quando enche o escremento é jogado para fora. E está se formando uma cratera ao lado do hospital. E isso a Vigilância Sanitária não enxerga.

Na semana passada foi publicada uma matéria no Jornal Nacional, sobre o Hospital Dantes Paisanesses, que estava sendo acusado, porque a pessoa encarregada de entregar a roupa lavada não estava usando luva. Isso já é considerado um absurdo, agora imaginem se essas fotos do hospital de Cruzeiro do Sul chegassem até a redação desse jornal? Outro fato, é que as pessoas estão pedindo que se crie um Programa Fome Zero para eles, porque eles dizem que as pessoas que recebem esse benefício estão sendo tratadas com mais dignidade do que os funcionários do hospital Geral de Cruzeiro do Sul.

Na cozinha existe um cheiro forte de esgoto, quando cheove os banheiros das enfermarias transbordam. E quando as pessoas reclamam, eles dizem: não se acostumando, porque vai ficar pior.

Há também outro problema: existem 38 pacientes aguardando para fazer um exame de ressonância magnética. Hoje chegou uma pessoa no meu gabinete pedindo urgência para realizar esse exame, pois já está quase sem andar. Os pacientes de Tarauacá e Feijó, Deputado Luiz Calixto, estão sendo encaminhados para Cruzeiro do Sul e segundo os médicos a situada de aquele hospital não é fácil.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) à Senhor Presidente, colegas Deputados, demais autoridades presentes, eu quero voltar ao tema abordado no Grande Expediente pela Deputada Idalina Onofre com o objetivo de complementar o que ela falou há pouco.

Quero iniciar falando sobre a programação de ontem. Eu achava que em algum momento, o Presidente daria a palavra para os líderes. Então, eu preparei um discurso para falar em relação ao evento. E agora vou ler o que eu escrevi, porque coincide com o que foi feito durante a solenidade na rua. Eu achei fantástico! ... Irmão que tem que ser feito. Também gostei pelo resgate feito à figura de Galvez, um socialista autêntico, mas que estava esquecido por nós acreanos.

A Presidência desta Casa acertou fragorosamente ao homenagear nesta reinauguração a figura do espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Britas. Poucos homens públicos imaginaram nestes cem anos de história, um Acre auto-suficiente como ele.

Foi dele a primeira legislação presidencial do Acre independente, cuja finalidade era dar aspecto de organismo social à nova República. Foi de sua autoria os decretos que regulamentavam o comércio da borracha e os limites do território acreano. E foi dele também o esforço que dotou de uma estrutura administrativa mínima a então cidade do Acre.

Galvez foi Presidente do Governo provisório instituído no dia 14 de julho de 1899. Trabalhou duro para fazer do local algo mais próximo possível de uma República. Seu plano urbanístico, o primeiro de que se tem notícia entre nós, previa a abertura de ruas e praças, além da construção de vários prédios que acomodassem as repartições administrativas do novo governo.

Ele sancionou 27 decretos em oito meses. Entre eles havia pelo menos um que continha uma legislação avançada em relação ao meio ambiente. Idealizou parcerias público-privadas para a criação de serviços de abastecimento de água, esgotos, iluminação pública, viação urbana e comunicação telefônica. Previu a garantia de juros de 7%, por parte do governo, queles que investissem na construção do cais do porto, armazéns, depósitos, rampas, docas e flutuantes.

As famílias de colonos que tencionava trazer ao Acre, Galvez fantasiou a construção de centros agrícolas e pastoris. E queria ver também o surgimento de fábricas, indústria de pesca, empresas de extração de óleos vegetais e animais. A realidade, porém, não se dobra a decretos. E o Sonho não foi adiante.

Visionário, intelectual, conquistador, aventureiro. Ao longo dos anos foram muitos os qualificativos de escribas e historiadores que tentaram descrever a personalidade de Galvez. A maior fama espalhada pelo escritor Mário Souza, em seu romance "Galvez, Imperador do Acre", contrapõe-se a pesquisa densa de Leandro Tocantins, no renovado livro "Formação Histórica do Acre". Naquele, a descrição impiedosa do devasso bíblico; neste, a do erudito com visão empreendedora.

Teria sido Galvez um lascivo, como apregou Mário Souza? Teria se constituído em exemplo administrador, como sugere Leandro Tocantins? O tempo, não tivesse sido escasso, teria nos dado a resposta sobre a verdadeira personalidade de Luiz Galvez.

Do Governador do Amazonas, Ramalho Júnior, restou o seguinte depoimento, retratado por Tocantins: "Devo dizer que era completa a organização dada ao Governo do Acre pela competência do seu Presidente Luiz Galvez, homem inteligente, ilustrado e trabalhador infatigável".

O então Cünsul Rodrigues Lira também deixou testemunho sobre um traço psicológico do espanhol, igualmente citado em "Formação Histórica do Acre": " Era o tipo de aventureiro ilustre, revela Rodrigues Lira, incapaz de meter-se em pequenas empresas, de prejudicar o pobre e o desvalido; o seu magnânimo coração socorreu a muitos necessitados, e quando metia a mão na algibeira para socorrer a um pobre, dava tudo o que ali se encontrava".

Contudo, mais do que as características humanitárias de Galvez e seus arroubos de governante, fica-nos a lição de seu patriotismo. E pela Pátria que o acolheu, o que é ainda mais admirável, pois enquanto muitos figuras da política brasileira nôo davam importância aos fatos ou se rendiam ao argumento de que o Acre pertencia à Bolívia, Galvez agia em benefício dos brasileiros que aqui viviam.

Se vivo fosse, estou certo de que condenaria a debilidade do Governo Lula, quando se trata de defender o patrimônio nacional, como ocorreu no caso da Petrobras, na Bolívia; e ocorre agora com a Odebrecht, no Equador.

Repeto, Senhor Presidente, que a homenagem que se faz hoje nesta Casa é mais do que justa. Trata-se do reconhecimento a Luiz Galvez Rodrigues de Júrias pelo pioneirismo de sua atuação, como legislador.

Outra, e mais importante lição que podemos tirar dessa história, é que não bastam apenas leis eficientes e bem engendradas. Fundamental mesmo é que haja, por trás das leis, homens atuantes, sensíveis e bem intencionados. Só assim mudaremos a realidade de milhares de acreanos que, infelizmente, ainda vivem como se estivessem no tempo de Luiz Galvez.

Muito obrigado!

(Sem revisão do orador)

Deputado CHAGAS ROMÃO (Líder do PMDB) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, Senhores na galeria, esse é um momento muito importante para nós Parlamentares e funcionários da Casa. Quero parabenizar o Presidente e toda a Mesa Diretora pela grande reforma que foi feita na Assembleia Legislativa. Porém, vou iniciar nosso trabalho nesta bela Casa, fazendo uma crítica; afinal, esse também é nosso papel.

Ontem, eu fui procurado por um comerciante do terminal, o qual me relatou que a Prefeitura o tirou de onde ele trabalhava e arranjou um local menor, dizendo que ia fazer uma melhoria no local anterior. Ocorre que ali, tornou-se um criadouro do mosquito da Dengue. Certamente as larvas vão se proliferar e surgir, muitos casos da doença.

Os comerciantes estão todos apavorados, ali deve haver uma infiltração que vem do Canal da Maternidade e passa em frente do terminal. Então, eu quero pedir a atenção da Prefeitura, do Poder Público, para que se faça presente ali para atender aqueles comerciantes que pagam seus impostos e estão trabalhando. Eles não estão mais resistindo ao mau-cheiro.

(Sem revisão do orador)

Deputado WALTER PRADO (PSB) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros da Imprensa, Senhores na galeria, a quem eu saúdo com a paz de nosso Senhor Jesus Cristo. Quero parabenizar a todos que contribuíram para que hoje estejamos nessa Casa Legislativa, que foi totalmente reformada. Assim como o Deputado Calixto, eu também passei onze meses sem adentrar esse prédio, portanto não acompanhei os trabalhos. Fiquei surpreso pela maneira simples e sem grandes ostentações, mas também bonita que ficou. A Mesa Diretora está mesmo de parabéns, pois construiu um espaço que dignifica, não só o Parlamento, mas, com absoluta certeza o próprio Estado do Acre.

Quanto ao assunto que pretendo tratar hoje, confesso que já estou cansado de me referir a ele. Inclusive, já tentei de todas as formas fazer com que a Eletroacre cumpra uma Lei Federal, que atribui às pessoas que recebem Bolsa Família, uma tarifa social para as contas de energia elétrica, que não deve exceder R\$ 30,00.

Esse mês, mais de 200 pessoas pobres deste Estado, pessoas famintas, cuja renda total não ultrapassa R\$ 80,00, na maior demonstração de desrespeito às leis, aos princípios ética e decência, receberam uma conta de energia de R\$ 207,00. Isso é inconcebível porque fere a legislação Federal, os direitos humanos e todos os princípios que se possa imaginar.

Eu fiquei estarrecido ao saber que o Saerb também está entrando na mesma linha. Eu tenho comigo a conta do Saerb de uma pessoa cuja renda é R\$ 80,00, no valor de R\$ 207,00 pelo fornecimento de gás por um mês. ... isso Deputado Moisés Diniz, que o povo pobre passa no Acre e eu não me calarei diante de tanto absurdo.

Como já esgotei todos os meios possíveis de resolver essas questões, estou entrando com uma representação na Procuradoria Federal, no caso da energia elétrica, para que se possa efetivamente apurar os fatos e fazer cumprir a Lei, que deve ser cumprida por todos, pelos pobres e também pelos poderosos.

Já fizemos várias discussões sobre o caso, já tivemos aqui uma audiência pública, quando foram estabelecidos os critérios desses benefícios. Agora estou pedindo uma apuração legal e atenta, se for possível, a abertura de um inquérito, para garantir o cumprimento da Lei, que é de autoria do Poder Executivo, sancionada pelo Presidente da República, mas que, infelizmente, no Acre, não vem sendo cumprida. Essa Lei prevê que as pessoas que estão inseridas no Programa Bolsa Família, automaticamente são beneficiadas com uma taxa que não pode exceder 30% da sua renda, porque ela não consome menos de 80kw.

Outro aspecto que me chamou bastante atenção é que não está sendo feita a medição em loco nas residências, e sim por estimativa. As pessoas que têm uma geladeira, dois bicos de luz e uma televisão, não têm condições de consumir mais do que 50kw de energia por mês. Portanto, é importante essa fiscalização, pois dessa forma está usurpando os direitos dos que têm menos neste Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado HELDER PAIVA (BPR) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa e amigos, que estão na galeria, assim como meus colegas que me antecederam, eu quero parabenizar V. Exmo, Senhor Presidente, pela decisão acertada em fazer essa ampla reforma nesta Casa.

Por onde tenho passado, tenho conversado e ouvido da população o apoio a essa Mesa Diretora, que tem transformado cada vez mais este Poder e dando melhores condições de trabalho aos funcionários, aos Senhores Deputados e melhor acesso à própria população. Isso me alegra muito enquanto Parlamentar e integrante deste Poder há tantos anos.

Quero me referir também ao Programa Assembleia Aberta, através do qual temos nos deslocado até o interior do Estado, levando a Assembleia Legislativa para mais próximas da população. Temos buscado ouvir os nossos amigos do interior, especialmente dos municípios mais isolados. Com isso, os seus representantes aqui na Assembleia trazem as suas reivindicações e tentamos atendê-las da melhor forma possível.

Outra vantagem do Programa é que ao nos deslocarmos até o interior do Estado, não damos também condições aos nossos amigos de falar diretamente com os seus representantes e não levamos suas reivindicações até as autoridades do nosso Estado.

Quero lembrar aos nobres colegas que não temos até o dia 02 de dezembro para apresentarmos nossas Emendas. Não deixem passar em branco, não esqueçam, pois sei que os Senhores são tímidos.

(Sem revisão do orador)

Deputado DELORGE CAMPOS (Líder do PSB) — Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, amigos que participam da Sessão, eu farei uso do exiguo tempo só para parabenizar ao povo do Acre que se legitima aqui nesta Casa com a representatividade de 24 Deputados. Ainda não ouvi, sequer, uma crítica do que ocorreu ontem, Senhor Presidente. Todos nós, inclusive, estudantes, ansiavamo-nos pela criação de um movimento público em favor de Galvez, que muito embora não sendo brasileiro, tornou-se acreano de luta e de coração. Então, é uma homenagem justa.

Esta Casa, hoje, nos orgulha, e isso está estampado no semblante dos nossos servidores. Agora temos um ambiente bonito com a cara da Amazônia, do Acre.

Este plenário para nós que viajamos sempre para outras Assembleias, não é do tamanho da Assembleia de São Paulo, mas a beleza que aqui temos é especial. Parabéns a todos os Deputados, mas a todos os acreanos, porque aqui é a Casa do povo.

A Assembleia Legislativa é a coluna de sustentação da Democracia, é a pilaster mestra, não temos aqui o Palácio Guiomard Santos, nome dado em homenagem a um saudoso contemporâneo do meu avô, mais a frente o Palácio do Bispo. Então, se tirar desse complexo esta Casa, não estaremos numa Ditadura. A Democracia por mais ruim que seja, é melhor do que a mais nobre Ditadura e a nossa Democracia é vista em qualquer esquina. Você pode se dirigir ao Presidente da República sem cerimônia.

Parabéns por este ato. Eu mesmo vou trazer algumas pessoas ligadas ao meu gabinete para fazer uma visitação ao prédio, porque ficaram curiosos e com inveja por não poderem estar aqui.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

GRANDE EXPEDIENTE

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero continuar de onde parei para expor com mais detalhes a situação do Sistema de Saúde no Vale do Juruá. Estou entrando com uma indicação, pedindo que o Governo construa, ou alugue um espaço para que funcione como uma casa de apoio já que Cruzeiro do Sul está recebendo pacientes de Feijó e Tarauacá.

Deputado Luiz Calixto, conversei com o médico que pertence a equipe do CRM e que investiga as denúncias de erros médicos que atendeu uma criança que foi picada por cobra, fiquei sabendo que essa profissional trabalha em Tarauacá há três anos e está indo para o terceiro processo, mas dois ela perde o seu CRM. E a culpa é dela? Não! Porque, segundo as pessoas com as quais conversei é humanamente impossível trabalhar com saída no hospital de Tarauacá, o qual o Senhor está cansado de denunciar. E agora esses pacientes estão sendo levados para Cruzeiro do Sul, extrapolando as condições de atendimento na Maternidade.

Temos ainda um outro problema Deputado Donald, o aparelho de Raio X não está funcionando, mas não falam quando ele parou e quais as providências tomadas. A porta da sala de Raio X, simplesmente fica escancarada e não existe nenhum técnico para regularizar aquela situação. Ou seja, a população está nas mãos de clínicas particulares. Resumindo a história, Deputado Donald, se o paciente não tiver dinheiro para pagar uma radiografia, uma mamografia ou uma ultra-sonografia, a pessoa ficará sem esse exame para dar continuidade ao seu tratamento.

(Sem revisão do orador)

Deputada MARIA ANTONIA (Líder do PP) — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu jamais poderia deixar de externar a minha felicidade por estar de volta a nossa Casa. Também gostaria de parabenizar o Presidente pela grande reforma deste Poder. Fiquei muito feliz, porque é

como se fosse a nossa casa e quando ela estiver arrumada, nós ficamos felizes. Entendo, eu jamais poderia deixar de expressar o meu agradecimento e a minha admiração por V. Exa. por estarmos aqui hoje de volta a nossa Casa. E quero dizer-lhe que eu fico feliz e muito grata pelo nobre Parlamentar ter feito esse grande investimento.

Eu gostaria que todo brasileiro, todo acreano tivesse sua casa pronta, porque todo mundo fica feliz de estar num ambiente decente e arrumado. ... isso que eu desejo para todo brasileiro, pois a maior felicidade do ser humano é ter sua casa pronta. E foi isso que aconteceu conosco. Hoje, estamos aqui muito felizes. E eu tenho certeza que todos os Deputados e Deputadas estão maravilhados por estarem de volta a este Poder.

(Sem revisão do orador)

Deputado DONALD FERNANDES (Líder do PSDB) — Quero agradecer ao Deputado Mazinho pela concessão de um tempo de sete minutos e meio, creio que agora será possível dar continuidade ao debate. Mas antes eu quero cumprimentar meus amigos de Porto Acre que se encontram presentes no Salão do Povo, o Daniel, o Carlinhos e o Presidente da Câmara de Porto Acre. Sejam bem-vindos.

Lamentavelmente eu ouvi aqui algumas queixas feitas pela Deputada Idalina com relação ao Município de Cruzeiro do Sul. Até concordo com todas elas, porque vejo a mesma coisa acontecendo lá na Vila do Incra e do Vale em ramais que não recebem assistência do Governo do Estado. Inclusive lá no Tocantins, não tem sequer um hospitalzinho para atender a população, muito menos uma maternidade. Uma mulher que estiver em trabalho de parto terá que correr com dores para pegar um taxi, ônibus ou uma van e vir para a Maternidade de Rio Branco. Portanto, sem dúvida nenhuma isso é uma omissão, muito grave por parte do Executivo. ... preciso que o Governo tenha sensibilidade. Será que não seria interessante para ele fazer algo ali? Sim, poucos votos, mas sim, pessoas que estão sofrendo. Lá é o berço do nosso Estado. Tudo que falamos aqui sobre o Imperador Galvez, começo exatamente ali e hoje está abandonado, aliás, desde a época de Galvez e o Governo faz de conta que não, está sabendo de nada.

Até para fazer um curativo, uma sutura por menor que seja o paciente tem que vir para Rio Branco. Sem dúvida é um descaso intolerável do Governo do PT com aquela população trabalhadora e humilde que mora naquela região.

Eu quero dizer aos meus amigos aqui presentes que a luta continua e se Deus quiser nós vamos continuar batendo e malhando, pois assim, talvez consigamos sensibilizar o Governo que está ignorando aquela região.

Deputado MAZINHO SERAFIM (PSDB — Em Aparte) — Obrigado Deputado Donald, pelo aparte. Eu quero registrar aqui a presença do Vereador Pelado, amigo nosso lá de Feijó, que está no PSB a caminho do PSDB, com certeza. Ele foi o Vereador mais votado daquele município, com 701 votos e tenho certeza que a partir do dia primeiro estará ajudando o nosso Prefeito eleito Juarez Leite.

Deputado DONALD FERNANDES (Líder do PSDB) — Eu quero dizer a Deputada Idalina, que tudo que ela falou hoje, eu já havia falado há alguns meses sobre a Maternidade e o Hospital de Cruzeiro do Sul. Eu visitei aquele Hospital e encontrei tudo abandonado, faltava até balanças e panela de pressão. Inclusive, tomei algumas providências, dentre elas a de denunciar ao Ministério Público, através de um Requerimento para verificar das condições daquele local. Dei entrada também no CRM, mas até hoje não me deram nenhuma informação e o hospital continua funcionando do mesmo jeito, sem panela de pressão, sem incubadora e sem uma estufa para esterilizar instrumentos. E eu perguntei: cadê o termômetro? — Ah, não tem. Então, como é que a Senhora sabe que o material está esterilizado? — Ah, eu bato aí dez minutos depois tiro. As infecções hospitalares são frequentes. Isso ocorre porque há um descaso com a saúde das pessoas. Talvez fosse melhor nem deixar aquele hospital funcionar.

Portanto, Deputada, essas suas reivindicações são legítimas e justas. É preciso tomar cuidado, saída de não é brincadeira e nós pretendemos bater nesta tecla veementemente, porque estamos vendo que o descaso é total.

Hoje é o Dia Nacional do Câncer, mas aqui no Acre não se faz prevenção do câncer, nem das mulheres, muito menos dos homens. Menos de 1%, faz a prevenção do câncer de Próstata, que é uma grande vergonha. De qualquer forma eu queria dizer para Deputada Idalina, que enquanto eles não investem no Hospital de Cruzeiro do Sul, gastam quantias exorbitantes aqui na cidade de Rio Branco. Vejam a pérola que encontrei no Diário Oficial, do dia 14 de novembro, sobre o abastecimento de guia com carro pipa, para atender as necessidades da Secretaria de Infra-Estrutura e Obras Públicas do município de Rio Branco. O montante gasto na entrega de guia na referida Secretaria é de cem mil reais. A data desse contrato é de 31.10.2008, justamente no período chuvoso. Isso é um escândalo! Esse dinheiro é do povo e está sendo gasto de maneira leviana. Enquanto isso, os hospitais em Cruzeiro do Sul atendem mal, não têm dinheiro para comprar uma incubadora ou um aparelho de pressão e no município de Porto Acre não tem sequer um hospital ou um profissional da saúde. O povo vive a Deus dar-lhe. Pode ser até que eu esteja enganado, então eu gostaria que o Líder do Governo, verificasse se é verdadeira essa informação, porque para mim isso é surpresa.

Quero parabenizar aqui a Associação dos Magistrados do Estado do Acre, cujo candidato a Presidente é um Juiz de Cruzeiro do Sul, Dr. Giordano Dourado, que, sem dúvida, é uma esperança de que se faça justiça também naquele município. Espero que ele ganhe e essa Associação traga justiça não só para o Juruá.

(Sem revisão do orador)

Deputada ANTONIA SALES (PMDB) — Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, hoje estamos muito satisfeitos por estar retornando a nossa Casa. Não sei se isso acontece também com os demais Deputados, mas mesmo que nos tratem bem, não é como a nossa Casa.

Queremos agradecer ao Secretário de Fazenda, Mário Cordeiro, por ter nos cedido o auditório da Sefaz para a realização das nossas Sessões. Tenho certeza que incomodamos a alguns funcionários daquele órgão, porque aquele espaço é deles.

Os funcionários da Assembleia Legislativa que prestavam serviços naquele local, tinham que brigar até por papel para enxugar as moças, porque quando ele acabava e elas pediam para reporem, diziam que o armário estava trancado.

Estamos felizes por estar de volta a esta Casa, porque, além, mais felizes estando os nossos funcionários, porque além de tudo, o espaço que eles tinham para trabalhar era extremamente reduzido.

Queremos parabenizar ao Presidente Edvaldo Magalhães e a Mesa Diretora desta Casa pela reforma do nosso prédio. Com esse ato estamos fazendo história, porque este Poder não deixa nada a desejar às outras Assembleias Legislativas do País. A Casa do povo merecia essa nova aparência, para dar mais comodidade às pessoas que estão na platéia e nas dependências do prédio.

Agora só falta nós nos empenharmos para que nossos trabalhos, como representantes do povo, sejam redobrados e voltados para nossa população. Sabemos que muitas coisas ainda estão faltando, mas não vamos entrar no mérito da questão porque hoje estamos falando da nossa satisfação, por estarmos de volta a esta Casa e vamos nos empenhar ao máximo para retribuir o mandato que o povo nos concedeu, porque é ele quem está pagando essa reforma. E no que depender dos Parlamentares, a população terá o nosso apoio incondicional para lutar pelos seus direitos.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) — Antes de encaminharmos a nossa pauta de votação, gostaríamos de fazer um agradecimento a cada Deputado e Deputada, porque nós da Mesa não teríamos tomado a decisão da reforma do prédio se não fosse o apoio deste plenário. Ficamos onze meses fora da sede e cada dia era uma angústia maior. Mas não escutamos de nenhum Deputado, uma única reclamação por estar mal acomodado. Isso é algo extraordinário.

Deixamos para dizer essas palavras somente agora, porque nenhum Parlamentar chegou à Mesa com qualquer tipo de reclamação. E olha que nós ficamos onze meses em pessimas condições.

Fomos ao gabinete do Secretário Mário na terça-feira, dizer muito obrigado, porque estávamos nos comportando como aquele sujeito que chega na casa de um parente ou amigo e pede hospedagem por uns dias e acaba ficando um ano inteiro. Achamos que íamos ficar lá por três meses, essa era a previsão inicial e ficamos um ano inteiro. Agradecemos ao Secretário Mário que, apesar dos pesares, das incompatibilidades, como disse aqui a Deputada Antonia Sales, nos acolheu dentro das condições que dispunha.

Senhores Parlamentares, iremos suspender a presente sessão para que os membros da Comissão de Constituição e Justiça possam dar os Pareceres dos Projetos, Títulos de Cidadão e Moções que entrarão na Sessão de hoje. (PAUSA)

Estão reabertos os trabalhos.

ORDEM DO DIA

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão, e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 6/2008, de autoria do Deputado Walter Prado, que concede o Título de Cidadão Acreano a Ilustríssima Senhora Jussara Leite Viana e outras providências.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) — Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão, e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 7/2008, de autoria do Deputado Walter Prado, que concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor Rubenir Nogueira Guerra e outras providências.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 10/2008**, de
autoria da Deputada **Idalina Onofre**, que iConcede o Título de Cidad.,o
Acreano ao Senhor Ramiro Messias Abeg.,o.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 46/2008**, de
autoria do Deputado **Walter Prado**, que iConcede o Título de Cidad.,o
Acreano ao Ilustríssimo Senhor George Teixeira Pinheiro e d· outras
providíncias.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o final,

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 63/2008**, de
autoria do Deputado **Josemir Anute**, que iVeda o assÈdio moral no ,mbito
da administraÁ,o p`blica estadual direta, indireta e fundaÁies p`blicas.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 65/2008**, de
autoria do Deputado **Josemir Anute**, que iConcede o Título de Cidad.,o
Acreano ao Ilustríssimo Senhor Luiz Antonio Campos CorrÁai.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 64/2008**, de
autoria do Deputado **Josemir Anute**, que iConcede o Título de Cidad.,o
Acreano ao Excelentíssimo Senhor M·rio Pedroza de Silveira Pinheiro.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 55/2008**, de
autoria do Deputado **Walter Prado**, que iConcede o Título de Cidad.,o
Acreano ao Ilustríssimo Senhor Fernando Carvalho Lage e d· outras
providíncias.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, os Senhores Deputados que s,,o a favor do Projeto,
permaneÁam sentados; os contr·rios, fiquem de pÈ. Aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 21/2008**, de
autoria do Deputado **Walter Prado**, que iConcede o Título de Cidad.,o
Acreana a Ilustríssima Senhora Maria Juliana Ferreira de Souza e d· outras
providíncias.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, os Senhores Deputados que s,,o a favor do Projeto,
permaneÁam sentados; os contr·rios, fiquem de pÈ. Aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 20/2008**, de
autoria do Deputado **Walter Prado**, que iConcede o Título de Cidad.,o
Acreano ao Ilustríssimo Senhor JosÈ Daniel Batistela e d· outras provi·dícias.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, os Senhores Deputados que forem a favor da MatÈria,
permaneÁam sentados; os contr·rios, fiquem de pÈ. Aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos dos membros da Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 26/2008**, de
autoria do Deputado **Walter Prado**, que iConcede o Título de Cidad.,o
Acreano ao Ilustríssimo Senhor Frederico Lemos de Moura Leite e d· outras
providíncias.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, os Senhores Deputados que forem a favor da MatÈria,
permaneÁam sentados; os contr·rios, fiquem de pÈ. Aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos dos membros da Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 53/2008**, de
autoria do Deputado **Walter Prado** que iConcede o Título de Cidad.,o Acreano
ao Ilustríssimo Senhor Valdemar de Jesus Silva e d· outras providíncias.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 59/2008**, de
autoria do Deputado **Walter Prado** que iConcede o Título de Cidad.,o Acreano
ao Ilustríssimo Senhor Raimundo Moreira Nolito e d· outras providíncias.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos do plenário desta Casa, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer Exarado ao **Projeto de Lei n. 61/2008**, de
autoria do Deputado **Luiz Calixto**, que iConcede o Título de Cidad.,o Acreano
ao Sr. Romeu Cordeiro Barbosa Filho.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos dos Senhores Deputados, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura, em primeira discussão, o e
primeira votaÁ,,o, do Parecer Exarado ao **Projeto de Lei n. 62/2008**, de
autoria do Deputado **Luiz Calixto**, que iConcede o Título de Cidad.,o Acreano
ao Senhor Elcio Sabo Mendes Junior.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois
terÁos dos votos dos Senhores Deputados, o mesmo ir- ‡ RedaÁ,,o Final.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura do Parecer Exarado ‡
MoÁ,,o de Aplauso n. 2/2008, de autoria do Deputado **Luiz Calixto**, o qual
manifesta iMoÁ,,o de Aplauso ao Sindicato Nacional dos Analistas Tribut·rio
da Receita Federal do Brasil ñ Sindireceita, pela iniciativa de promover um
Semin·rio nos dias 6 e 7 de julho de 2008, abordando a tem·tica ñ Salda para
o Pacífico e ireas de Livre ComÈrcio ñ Oportunidades de IntegraÁ,,o e
Desenvolvimento.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que a Mesa tomar· as devidas providíncias.

O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura do Parecer exarado a
MoÁ,,o de Aplauso n. 3/2008, de autoria do Deputado **Walter Prado**, o qual
manifesta iMoÁ,,o de Aplauso ao Senhor Marivaldo GonÁlves de Melo
ñ Gerente Regional do BASAÍ.

Em discussão, o, n,,o houve oradores.

Em votaÁ,,o, foi aprovado por 21 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÉS**) ñ
Comunicamos ao plenário que a Mesa tomar· as devidas providíncias.

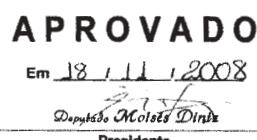
O Senhor Secretário procedeu ‡ leitura do Parecer exarado ‡
MoÁ,,o de Aplauso n. 4/2008, de autoria do Deputado **Walter Prado**, o qual
manifesta iMoÁ,,o de Aplauso ao Senhor Carlos Alberto Nogueira ñ
Gerente do BASAÍ.

Em discussão, não houve oradores.
Em votação, foi aprovado por 21 votos.
O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) informa:
Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.
Está encerrada a Ordem do dia.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Nº de oradores inscritos).

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVA



PROJETO DE LEI N. 9/2008
AUTORIA: Deputada PERPÉTUA DE SÁ
EMENTA: "Institui a política estadual de incentivo à produção e ao consumo de mandioca e seus derivados."

PARECER N. 46/2008

REDAÇÃO FINAL

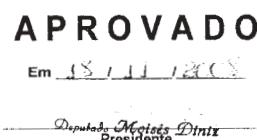
A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 9/2008, de autoria da Deputada Perpétua de Sá, que "Institui a política estadual de incentivo à produção e ao consumo de mandioca e seus derivados."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

18 de novembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

[Signature]



PROJETO DE LEI N. 9/2008
AUTORIA: Deputada PERPÉTUA DE SÁ
EMENTA: "Institui a política estadual de incentivo à produção e ao consumo de mandioca e seus derivados."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a política estadual de incentivo à produção e ao consumo de mandioca e seus derivados.

Parágrafo único. São considerados derivados da mandioca, para os efeitos da política instituída por esta lei, a farinha, a fécula ou polvilho e produtos industrializados que contenham na sua composição a mandioca, a farinha ou a fécula.

Art. 2º Para implementação da política de que trata esta lei, compete ao Estado:

- I - identificar e delimitar áreas propícias e adequadas à produção de mandioca;
- II - garantir a qualidade da mandioca e de seus derivados;
- III - incentivar a comercialização e o consumo da mandioca e de seus derivados;
- IV - incentivar projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de produção, processamento e industrialização da mandioca;
- V - promover o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da mandioca, com ênfase no respeito às normas ambientais, no equilíbrio econômico e na distribuição de renda;
- VI - registrar e fiscalizar as unidades de produção agrícola, agroindustriais e industriais;
- VII - promover a formação de arranjos produtivos locais e regionais, por meio de parcerias como: associações, sindicatos de classe, órgãos governamentais, instituições do crédito, pesquisa e ensino e de outras agências;
- VIII - pesquisar e promover os aspectos culturais e folclóricos relacionados com a produção e o consumo da mandioca.

Art. 3º Na implementação da política de que trata esta lei:

- I - será dada prioridade à agricultura familiar; e
- II - será garantida a participação de representantes dos diversos setores econômicos e sociais envolvidos.

Art. 4º O Estado incluirá, na composição de cestas básicas distribuídas em situações emergenciais e pelos programas sociais de sua responsabilidade ou de que participe, a farinha ou a fécula da mandioca.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

18 de novembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)



PROJETO DE LEI N. 15/2008

AUTORIA: Deputada IDALINA ONOFRE

EMENTA: "Obriga os Hospitais Públicos e Privados com atendimento de urgência, informar sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT."

PARECER N. 47/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 15/2008, de autoria da Deputada Idalina Onofre, que "Obriga os Hospitais Públicos e Privados com atendimento de urgência, informar sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

18 de novembro de 2008

Deputado JOSÉ LUIS

Relator



PROJETO DE LEI N. 15/2008

AUTORIA: Deputada IDALINA ONOFRE

EMENTA: "Obriga os Hospitais Públicos e Privados com atendimento de urgência, informar sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os hospitais públicos e privados localizados no Estado do Acre, que possuam atendimento de emergência, ficam obrigados a fixar cartaz com informações sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

Art. 2º O cartaz deverá conter as seguintes informações:

I – quem tem direito de receber o seguro: beneficiários e vítimas de acidentes de trânsito, seja o motorista, o corona ou o pedestre;

II – o prazo para requerer o pedido de indenização DPVAT é de três anos, a contar da data do acidente;

III – os valores do seguro obrigatório:

- a) por causar morte;
- b) por causar invalidez permanente; e
- c) por resultar somente em despesas médicas e hospitalares com reembolso.

IV – o endereço de funcionamento do núcleo DPVAT, do edifício sede do DETRAN/AC, com os telefones para informações.

Art. 3º O cartaz deverá ser afixado em local de fácil acesso, nos setores de emergência dos hospitais.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Acre – SESACRE, suplementadas, se necessário, para o fiel cumprimento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

18 de novembro de 2008

Deputado JOSÉ LUIS

Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 18/11/2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 44/2008

AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

EMENTA: "Institui o Dia do Profissional em Educação Física."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a data de 1º de setembro como o Dia do Profissional de Educação Física no Estado do Acre.

Art. 2º Constituem os principais objetivos do Dia do Profissional em Educação Física:

I – conscientizar a importância da prática de atividades físicas e desportivas regularmente, de forma sistematizada e orientada por profissional de educação física; e

II – contribuir para valorização do profissional de educação física.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

18 de novembro de 2008

Deputado DELORGEM CAMPOS

Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 18/11/2008

Deputado Delorgem Campos
Presidente

PROJETO DE LEI N. 29/2007

AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: "Fica Instituído no Acre o dia 11 de outubro como o dia do instrutor de trânsito."

PARECER N. 49/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 29/2007, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que "Fica Instituído no Acre o dia 11 de outubro como o dia do instrutor de trânsito."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

18 de novembro de 2008

Deputado DELORGEM CAMPOS

Relator

Deputado DELORGEM CAMPOS

Relator

APROVADO

Em 18/11/2008

Deputado *Delorgem Campos*

Presidente

PROJETO DE LEI N. 29/2007

AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: "Fica Instituído no Acre o dia 11 de outubro como o dia do instrutor de trânsito."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Instrutor de Trânsito a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

18 de novembro de 2008

Deputado DELORGEM CAMPOS

Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 18/11/2008

Deputado *Moisés Diniz*
Presidente

PARECER N. 11/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 11/2008, de autoria do Deputado Helder Paiva, que "Declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Alfa – ACALFA."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

19 de novembro de 2008

Deputado DELORGEM CAMPOS

Relator

APROVADO

Em 18/11/2008

Deputado *Moisés Diniz*
Presidente

PROJETO DE LEI N.11/2008

AUTORIA: Deputado HELDER PAIVA

EMENTA: "Declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Alfa – ACALFA."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação Cristã Alfa – ACALFA.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

19 de novembro de 2008

Deputado *DELORGEM CAMPOS*

Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 18/11/2008

Deputado *Moisés Diniz*
Presidente

PROJETO DE LEI N. 12/2008

AUTORIA: Deputado LUIZ CALIXTO

EMENTA: "Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial do Estado na Internet."

PARECER N. 12/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 12/2008, de autoria do Deputado Luiz Calixto, que "Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial do Estado na Internet."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

19 de novembro de 2008

Deputado *MOISÉS DINIZ*

Relator

APROVADO

Em 18/11/2008

Deputado *Moisés Diniz*
Presidente

PROJETO DE LEI N. 12/2008

AUTORIA: Deputado LUIZ CALIXTO

EMENTA: "Dispõe sobre a publicação do Diário

Oficial do Estado na Internet."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo do Estado do Acre deverá disponibilizar, em seu endereço eletrônico na internet, a íntegra de todas as edições do diário Oficial do Estado.

§ 1º A versão digital do Diário Oficial do Estado deverá ser alocada em página da internet específica, devendo ser atualizada simultaneamente a cada publicação.

§ 2º A página oficial do Poder Executivo divulgará, com destaque, de forma permanente, o endereço eletrônico do Diário Oficial do Estado do Acre, sem prejuízo da utilização de outros meios de divulgação.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e oitenta dias a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro"

19 de novembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ

Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em _____/_____/_____

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 18/2008

AUTORIA: Deputado DONALD FERNANDES

EMENTA: "Dispõe sobre a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estádios de futebol."

PARECER N. ____/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 18/2008, de autoria do Deputado Donald Fernandes, que "Dispõe sobre a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estádios de futebol".

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
19 de novembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ

Relator

APROVADO

Em _____/_____/_____

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 18/2008

AUTORIA: Deputado DONALD FERNANDES

EMENTA: "Dispõe sobre a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estádios de futebol."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estádios de futebol durante a realização de quaisquer jogos com a égide da Confederação Brasileira de Futebol – CBF.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",

19 de novembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ

Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

Rio Branco, quinta-feira 27 de novembro de 2008
Ano XLVI* N° 3.717 **17**

PARECER N. ____/2008

PROJETO DE LEI N. 11/2008

AUTORIA: Deputado HELDER PAIVA

EMENTA: "Declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Alfa – ACALFA e dá outras providências."

RELATOR: Deputado LUIZ CALIXTO

I - RELATÓRIO

De autoria do ilustre Deputado Helder Paiva, tramita nesta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei n. 11/2008, que "Considera de Utilidade Pública a Associação Cristã Alfa – ACALFA, para que seja dado o devido parecer.

A Lei n. 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto n. 50.517, de 2 de maio de 1961, além da Lei n.13, de 6 de julho de 1964, prevêem requisitos indispensáveis que devem ser observados para que as associações, fundações e sociedades civis constituídas no país com fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade possam ser declaradas de utilidade pública.

Analizando a documentação que instrui o projeto de lei em epígrafe, pode-se constatar total obediência às determinações expressas nos diplomas legais supracitados.

Este projeto de lei tem por mérito o objetivo de reconhecer de Utilidade Pública a Associação Cristã Alfa - ACALFA, entidade civil, de caráter religioso, comunitária, educacional, sem fins lucrativos, criada em 2004, já reconhecida de utilidade pública no município de Rio Branco.

A Associação Cristã Alfa - ACALFA, responde juridicamente pela Casa Missionária Ebenézer, que atende 100 meninas na faixa etária de 7 a 17 anos com atividades desenvolvidas em apoio à Assembléia de Deus em Rio Branco. Reconhecer a entidade ACALFA de Utilidade Pública no Estado do Acre é dotá-la de condições para expandir suas ações no campo social e religioso, além de contribuir com a prestação da Assistência Social em nosso Estado.

A Associação Cristã Alfa - ACALFA, tem levado a educação religiosa à população do nosso Estado e realizando o maior número de atividades possíveis que possam contribuir com a educação e o bem estar da população acreana.

II - PARECER

A sociedade civil cada vez mais desenvolve um trabalho de longo alcance social, desta forma, instituições filantrópicas fazem a sua parte, ajudando aqueles menos favorecidos pela sorte oferecendo assistência das mais variadas às pessoas para que elas sejam inseridas na sociedade e tenham os seus direitos respeitados.

Portanto, somos favoráveis à APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 11/2008, respeitando, contudo, a sabia decisão dos demais pares do Plenário desta Casa Legislativa.

É o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

18 de novembro de 2008

Deputado LUIZ CALIXTO

Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

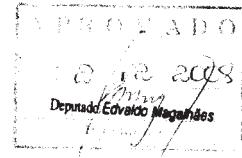
Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
 LUIZ CALIXTO (PDT)
 DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
 NEY AMORIM (PT)
 HELDER PAIVA (BPR)
 WALTER PRADO (PSB)
 CHAGAS ROMÃO (PMDB)



PARECER N. 3/2008
 PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 3/2008
 AUTORIA: Deputado DONALD FERNANDES
 EMENTA: "Altera o art. 172, da Resolução n. 86/90 - do Regimento Interno da ALEAC".

RELATOR: Deputado ELSON SANTIAGO

I - RELATÓRIO

Por imperativo regimental disposto no art. 12, inciso I, "f", c/c parágrafo único do art. 296, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, chega à Mesa Diretora o incluso Projeto de Resolução n. 3/2008, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A presente proposição tem por objetivo central modificar o art. 172 da Resolução 86/90 - Regimento Interno da Assembléia Legislativa, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Art. 172, da Resolução n. 86/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 172. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Assembléia sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo, protestando e pesar.

O Regimento Interno da Casa, ao deixar de registrar em seu art. 172, a Moção de Pesar, retira da Assembléia Legislativa a oportunidade de manifestar oficialmente o sentimento coletivo de tristeza pela perda de pessoas reconhecidamente importantes para a sociedade acreana. Tal acréscimo ao art. 172 facultaria ainda aos deputados o ensejo de prestar condolências às famílias enlutadas.

A propósito, a relatoria do presente feito está fulcrada pelo enfoque regimental que nos é permitido pelo parágrafo único do art. 296, do Regimento Interno, e, dentro da reserva privativa assegurada a Assembléia Legislativa no art. 163, inciso V, "e" c/c a alínea "f" do inciso I, do art. 12 da Resolução n.86/90, que assim dispõem:

Art. 163. Os projetos compreendem:

V – os projetos de resolução, destinados a regular, com eficiência de lei ordinária, matéria da competência privativa da Assembléia Legislativa, e os de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando a Assembléia deva se pronunciar em casos concretos, tais como:

e) matéria de natureza regimental;

Art. 12. À Mesa Diretora compete, além das atribuições consignadas neste Regimento ou de forma implicitamente resultante, a direção dos trabalhos legislativos e serviços administrativos da Assembléia, especialmente:

I – na parte legislativa;

f) dar parecer sobre as proposições que visem a modificar o Regimento Interno ou o Regularimento dos serviços administrativos da Assembléia.

Art. 296 ...

Parágrafo único. Compete à Mesa Diretora, com exclusividade, dar parecer, em todos os aspectos, sobre os projetos de resolução que visem alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno.

II – PARECER

Do exposto e por entender que a matéria, em relação ao objetivo almejado, inserir em seu art. 172, a Moção de Pesar, dá a Assembléia Legislativa a oportunidade de manifestar oficialmente sobre o sentimento coletivo de tristeza pela perda de pessoas reconhecidamente importantes para a sociedade acreana, bem assim, facultaria ainda aos deputados o ensejo de prestar condolências às famílias enlutadas.

Razões que nos levam a opinar pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução n. 3/2008, respeitando, todavia, decisão dos demais membros da Mesa Diretora e do soberano Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado IISON RIBEIRO"

2 de dezembro de 2008

Deputado ELSON SANTIAGO

Relator

III - PARECER:

PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (PC do B)

VICE-PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (BPR)

1º Secretário Deputado JUAREZ LEITÃO (PT)

2º Secretário Deputado ELSO SANTIAGO (PMN)

3º Secretário Deputado WALTER PRADO (PSB)

Ata da décima nona reunião extraordinária da Comissão Constituição e Justiça e de Redação, realizada em 16 de setembro de 2008.

PRESIDÊNCIA: Deputado TAUMATURGO LIMA

Às treze horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Deputado TAUMATURGO LIMA (PT), de acordo com o que dispõe o art. 34 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, presente os Deputados DELORGEM CAMPOS (PSB), LUIZ CALIXTO (PDT) e JOSÉ LUIS (PMN), foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir em Redação Final os seguintes projetos de autoria do Poder Executivo: Projetos de Lei ns. 47/2008, que "Cria o Programa Estadual de Incentivo à Produção Florestal e Agroflorestal Familiar", e 48/2008, que "Cria o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre", distribuídos aos Deputados Taumaturgo Lima e Delorgem Campos, respectivamente. Em seguida a presidência interrompeu a reunião para que fossem elaborados competentes pareceres. Reaberta a reunião e colocados em votação, foram os pareceres aprovados por unanimidade, e em seguida encaminhados à Mesa Diretora através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Doricélia Taumaturgo da Silva, , lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da vigésima reunião extraordinária da Comissão Constituição e Justiça e de Redação, realizada em 14 de outubro de 2008.

PRESIDÊNCIA: Deputado MOISÉS DINIZ

Às treze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado MOISÉS DINIZ (BPM), presente os Deputados DELORGEM CAMPOS (PSB), JOSÉ LUIS (PMN), TAUMATURGO LIMA (PT), e LUIZ CALIXTO (PDT), foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir em Redação Final o Projeto de Lei Complementar n. 9/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar n. 84, de 28 de fevereiro de 2000"; o qual foi designado como relator o Deputado José Luis. Em seguida a presidência interrompeu a reunião para que fosse elaborado o parecer. Reaberta a reunião e colocado em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade e em seguida encaminhado à Mesa Diretora através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Doricélia Taumaturgo da Silva, , lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da vigésima quinta reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, realizada em 11 de novembro de 2008.

PRESIDÊNCIA: Deputado MOISÉS DINIZ

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado MOISÉS DINIZ (BPM), conforme preceituia o art. 24, § 1º, do Regimento Interno da Casa, presentes os Deputados TAUMATURGO LIMA (PT), JOSÉ LUIS (PMN), DELORGEM CAMPOS (PSB) e LUIZ CALIXTO (PDT), foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir os Projetos de Lei ns. 29/2007 de autoria do Deputado Moises Diniz, que "Fica instituído no Acre o dia 11 de outubro como o Dia do Instrutor de Trânsito" e 44/2008, de autoria do Deputado Chagas Romão, que "Institui o Dia do Profissional em Educação Física", ocasião em que o presidente designou os Deputados Delorgem Campos e Taumaturgo Lima, respectivamente, para relatar as citadas proposições. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu Marcelo Maia Aranha, , lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente.

Ata da sexta reunião das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, realizada no dia 15 de maio de 2008.

PRESIDÊNCIA: Deputado MOISÉS DINIZ

Às nove horas e trinta minutos, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, sob a Presidência do Deputado MOISÉS DINIZ (BPR), presente os Deputados TAUMATURGO LIMA (PT), JOSÉ LUIS (PMN), LUIZ CALIXTO (PDT) e DELORGEM CAMPOS (PSB), membros da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação; JOSEMIR ANUTE (BPR) e JOSÉ LUIS (PMN), membros da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e NEY AMORIM (PT), DELORGEM CAMPOS (PSB) e CHAGAS ROMÃO (PMDB), da Comissão de Orçamento e Finanças, foi aberta a reunião objetivando distribuir o Projeto de Lei n. 16/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Cria a gratificação especial para os profissionais médicos do quadro efetivo ou provisório da Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE, que desenvolvam atividades de medicina legal", o presidente tomou para si a relatoria e suspendeu a reunião para confecção do parecer, reaberta a reunião o parecer favorável ao Projeto de Lei n. 16/2008, foi submetido a discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade acostado da Emenda Modificativa n. 1/2008, de autoria do Deputado Luiz Calixto, após a votação a proposição foi encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. E, para constar, eu Valcimar Martins Moreira, _____, coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da vigésima sexta, reunião das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, realizada em 2 de setembro de 2008.

PRESIDÊNCIA: Deputado MOISÉS DINIZ

Às nove horas e vinte e seis minutos, conforme preceitua o art. 65 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, sob a Presidência do Deputado MOISÉS DINIZ (BPR), presente os Deputados TAUMATURGO LIMA (PT), JOSÉ LUIS (PMN) e LUIZ CALIXTO (PDT), membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e JOSEMIR ANUTE (BPR), NOGUEIRA LIMA (DEM), FRANCISCO VIGA (PT), JOSÉ LUIS (PMN) e DONALD FERNANDES (PSDB), membros da Comissão de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo, foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir o Projeto de Lei Complementar n. 8/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivos da Lei Complementar n. 164, de 3 de julho de 2006", após algumas discussões o presidente tomou para si a relatoria e em seguida a reunião foi suspensa para confecção do parecer. Reaberta a reunião, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar n.8/2008, sendo aprovado por unanimidade e encaminhado à Mesa Diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. E, para constar, eu Valcimar Martins Moreira, _____, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

DIVERSOS

Assembléia Legislativa
Comissão de Licitação

AVISO DE ADIAMENTO DE ABERTURA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2008

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, mediante Pregoeiro designado pela Resolução n. 68-B, de 2008, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.113, de 28.10.2008 e nos termos das Leis Federais ns. 10.520, de 2002 e 8.666, de 1993, AVISA aos interessados que o Pregão Presencial n. 013/2008, com abertura prevista para o dia 26.11.2008, às 9 horas, FICA ADIADO a data de abertura das propostas para o dia 05.12.2008, às 9 horas e o endereço para Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 - Centro, devido à re-inauguração da sede da Assembléia Legislativa.

Os interessados poderão no horário das 8 às 17h, no período de 27.11.2008 a 04.12.2008, nos dias normais de expediente, retirar o Edital e obter as demais informações na Sala da Comissão de Licitação da Assembléia Legislativa, situada na Rua Arlindo Porto Leal, n. 241, Bairro Centro, fone (68) 3223-1797.

Rio Branco-Ac, 21 de novembro de 2008.

Wellington Barbosa Pessôa
Pregoeiro Oficial Aleac

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

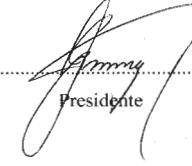
Ata da 73ª Sessão Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 4 de novembro de 2008.

Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães

Secretaria: Deputado Nogueira Lima

Às treze horas e dez minutos, sob a Presidência do Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado Nogueira Lima, Secretário, em exercício; presentes os Deputados: Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do Bloco Popular Republicano – BPR; Antonia Sales e Chagas Romão, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; José Luis, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; Idalina Onofre, do Partido Popular Socialista – PPS; Maria Antonia, do Partido Progressista – PP; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; José Carlos, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; Gilberto Diniz, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e Mazinho Serafim, Sem Partido. Ausente o Deputado: Elson Santiago. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 57/2008, que "Altera a Lei Estadual n. 2.026, de 23 de outubro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a abrir créditos adicionais para o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE". Em discussão, usaram da palavra os Deputados Luiz Calixto, Líder do PDT; Idalina Onofre, Líder do PPS; Delorgem Campos, Líder do PSB, que foi aparteado pelos Deputados Walter Prado e Luiz Calixto; Donald Fernandes, Líder do PSDB, que foi aparteado pelos Deputados Nogueira Lima e Luiz Calixto; José Luis, Líder do PMN, que foi aparteado pelos Deputados Taumaturgo Lima e Idalina Onofre; Nogueira Lima, Líder do DEM; Moisés Diniz, Líder do Governo, que foi aparteado pelo Deputado Luiz Calixto e Chagas Romão. Encerrada a discussão. Em votação, foi aprovado por 15 (quinze) votos a favor e 7 (sete) contra, dos Deputados Nogueira Lima, Idalina Onofre, Chagas Romão, Donald Fernandes, Antonia Sales, Mazinho Serafim e Luiz Gonzaga. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, informou ao plenário que não obtendo dois terços dos votos dos membros da Casa, a referida Matéria iria a a segunda discussão e segunda votação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão Extraordinária às quatorze horas e vinte minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, _____, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente

1º Secretário

2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 74ª Sessão Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 4 de novembro de 2008.

Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães

Secretaria: Deputado Nogueira Lima

Às treze horas e dez minutos, sob a Presidência do Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado Nogueira Lima, Secretário, em exercício; presentes os Deputados: Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores – PT; Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do Bloco Popular Republicano – BPR; Antonia Sales e Chagas Romão, do Partido do

Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes e Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e **Mazinho Serafim**, Sem Partido. Ausente o Deputado: **Elson Santiago**. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 49/2008**, de autoria do Excelentíssimo Governador do Estado do Acre, Senhor Arnóbio Marques de Almeida Júnior, que “Altera a Lei n. 1.426, de 27 de dezembro de 2001”. Em discussão, usaram da palavra os Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT e **Moisés Diniz**, Líder do Governo. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao Plenário a retirada do referido Projeto da pauta de votação. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao Veto Governamental n. 14/2008, ao Projeto de Lei n. 27/2008, de autoria do Deputado José Carlos, que “Dispõe sobre a proibição de corte das espécies que específica”. Em **Questão de Ordem**, o Deputado Luiz Calixto, solicitou que a Sessão fosse suspensa, por três minutos, para que pudessem discutir o voto da Oposição. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, acatou a Questão de Ordem do Deputado Luiz Calixto e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário. (PAUSA) Reaberta a Sessão, o Senhor Secretário procedeu a chamada para votação na seguinte ordem: **Partido dos Trabalhadores – PT**, Deputados: Francisco Viga – a favor; Juarez Leitão - a favor; Ney Amorim – a favor; Perpétua de Sá - a favor; Taumaturgo Lima - a favor; **Bloco Popular Republicano – BPR**, Deputados: Edvaldo Magalhães - a favor; Moisés Diniz - a favor; Helder Paiva - a favor; Josemir Anute – a favor; **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB**, Deputados: Antonia Sales – contra e Chagas Romão – contra; **Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB**, Deputados: Donald Fernandes – contra e Luiz Gonzaga – abstenção; **Partido Socialista Brasileiro – PSB**, Deputados: Delorgem Campos - a favor e Walter Prado - a favor; **Partido da Mobilização Nacional – PMN**, Deputados: Elson Santiago - a favor e José Luis - a favor; **Partido Popular Socialista – PPS**, Deputada: Idalina Onofre – contra; **Partido Progressista – PP**, Deputada: Maria Antonia - a favor; **Partido Democrático Trabalhista – PDT**, Deputado: Luiz Calixto – contra; **Democratas – DEM**, Deputado: Nogueira Lima – contra; **Partido Trabalhista Nacional – PTN**, Deputado: José Carlos – contra; **Partido Trabalhista do Brasil – PT do B**, Deputado: Gilberto Diniz - a favor; **Sem Partido**, Deputado: Mazinho Serafim – contra. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que o resultado da votação foi o seguinte: 14 (quatorze) votos pela manutenção do Veto; 8 (oito) votos contrários, dos Deputados Antonia Sales, Chagas Romão, Donald Fernandes, Idalina Onofre, Luiz Calixto, Nogueira Lima, José Carlos e Mazinho Serafim e 1 abstenção, do Deputado Luiz Gonzaga. Sendo assim, fica mantido o Veto Governamental. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 57/2008**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Estadual n. 2.026, de 23 de outubro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a abrir créditos adicionais para o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 15 (quinze) votos a favor e 7 (sete) contra, dos Deputados Nogueira Lima, Idalina Onofre, Chagas Romão, Donald Fernandes, Antonia Sales, Mazinho Serafim e Luiz Gonzaga. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a referida Matéria iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão Extraordinária às quinze horas e cinco minutos, convocando outra para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Edvaldo Magalhães*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 75ª Sessão Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 4 de novembro de 2008.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Nogueira Lima**

Às quinze horas e dez minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Nogueira Lima**, Secretário, em exercício; presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Ney Amorim**, **Perpétua de Sá** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Josemir Anute**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Delorgem Campos** e **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e **Mazinho Serafim**, Sem Partido. Ausente o Deputado: **Elson Santiago**. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 57/2008**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Estadual n. 2.026, de 23 de outubro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a abrir créditos adicionais para o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 15 (quinze) votos a favor e 7 (sete) contra, dos Deputados Nogueira Lima, Idalina Onofre, Chagas Romão, Donald Fernandes, Antonia Sales, Mazinho Serafim e Luiz Gonzaga. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou ao plenário que após a expedição dos Autógrafos a Matéria iria a sanção governamental. O Senhor Secretário procedeu a leitura do **Requerimento n. 42/2008**, de autoria do Deputado José Luiz o qual solicita a sustação da Ação Penal de Competência Originária n. 11, Classe 1, com suspensão da prescrição, enquanto durar o mandato, tramitando na Corte Eleitoral em desfavor do Deputado Estadual Elson Santiago, pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 299, do Código Eleitoral. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 22 (vinte e dois) votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão Extraordinária às quinze horas e vinte minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Edvaldo Magalhães*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

1º Secretário

2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidade e
Comunicação Social

Diretor Responsável:

João Roberto Braña Bezerra

Inscrição: 13198

Coordenadora de Redação e Revisão:

Juscelina Barbosa Pinheiro

de Atas:

Juscelina Barbosa Pinheiro

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.